



UFRGS
70 anos

UFRGS
70 anos



UFRGS / CPL
BIBLIOTECA
DATA 11/11/04

Reitora - **Wrana Maria Panizzi**

Vice-Reitor - **José Carlos Ferraz Hennemann**

Pró-Reitor de Ensino - **José Carlos Ferraz Hennemann**

Pró-Reitor Adjunto de Graduação - **Norberto Hoppen**

Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação - **Jocelia Grazia**

Pró-Reitor de Pesquisa - **Carlos Alexandre Netto**

Pró-Reitor de Extensão - **Fernando Setembrino Meirelles**

Pró-Reitora de Planejamento e Administração - **Maria Alice Lahorgue**

Pró-Reitor de Infra-Estrutura - **Helio Henkin**

Pró-Reitor de Recursos Humanos - **Dimitrios Samios**

Secretária de Assuntos Institucionais e Internacionais - **Sílvia Maria Rocha**

Secretária de Avaliação Institucional - **Ana Maria e Souza Braga**

Secretário de Educação a Distância - **Franz Rainer Alfons Semmelmann**

Secretária de Desenvolvimento Tecnológico - **Maria Alice Lahorgue**

Secretário do Patrimônio Histórico - **Christoph Bernasiuk**

Secretário de Assuntos Estudantis - **Angelo Ronaldo Pereira da Silva**

Coordenador de Educação Básica e Profissional - **Aldo Antonello Rosito**

Procurador Geral - **Armando Pitrez**

Chefe de Gabinete - **Carmen Regina de Oliveira**

Direitos reservados desta edição: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Organização: **Carmen Regina de Oliveira e Flavia Boni Licht**

Capa, projeto gráfico, editoração eletrônica e seleção de imagens: **Rosâne Vieira**

Revisão: **Carmen Regina de Oliveira, Flavia Boni Licht e Maria da Glória Almeida**

Apoio: **Cláudia Kuele**

Um dia, em um outro tempo...

Sandra Jatahy Pesavento

Paris, *fin-de-siècle*. Epicentro de todo um imaginário que se construiu sobre a metrópole moderna, a capital francesa oferecia ao mundo tudo aquilo que a civilização fora capaz de construir ao longo dos anos. Como paradigma da modernidade urbana, remodelada segundo as idéias da técnica e da estética durante a gestão do prefeito Haussmann, a cidade exportava para o mundo o mito parisiense. Sob a inspiração da divisa *liberdade, igualdade, fraternidade*, Paris realizara, em 1889, uma exposição universal para celebrar o centenário da famosa Revolução Francesa, exposição para a qual o engenheiro Gustave Eiffel erguera a sua torre dos 300 metros que haveria de ficar como um ícone da *cidade-luz*.

No final do século, para encerrar a centúria e abrir um novo tempo, Paris sediou mais uma grande e definitiva exposição universal. Naqueles anos que seriam depois chamados de *belle époque*, a capital francesa mostrava ao mundo que era o maior centro cultural da época, berço de escritores, poetas, pintores e de cientistas de renome mundial, e se oferecia como um espetáculo da modernidade, como um inventário do conhecimento, do progresso e da cultura em todas as suas manifestações.



E havia muito para ver e para atrair as multidões na cidade-luz! A *fada eletricidade*, por exemplo, era a *vedette* da Exposição Universal de 1900, e tornara-se a responsável pela inauguração de uma nova paisagem urbana: uma cidade a cintilar à beira do rio *Seine*, uma fantasia noturna, em jogo de luzes e sombras, fazendo, da noite, dia.

Mas havia mais: o estilo *art nouveau*, polêmico e audaz, refinado e elegante, fazia sua aparição pública, como um prelúdio da arte moderna. Ponto de contato entre a arte e a ciência do *fin-de-siècle*, o *art nouveau* representa bem a aspiração de transmitir essa força de um movimento inspirado no apogeu industrial com as mais profundas tendências de transmitir as sensibilidades mais finas de uma época. Nessa Paris da *belle époque*, Sara Bernhardt encantava no teatro, sua imagem difundida nos magníficos cartazes do tcheco Alphonse Mucha, todos no fulgurante estilo *art nouveau*. O mesmo estilo se encontrava ainda a decorar o mais novo transporte público metropolitano, o metrô, onde, nas suas entradas e luminárias dos pórticos, os trabalhos em ferro de Guimard atestavam as aplicações práticas e cidadinas da nova tendência. Monumentais obras arquitetônicas como o *Grand Palais* e o *Petit Palais*, a Ponte Alexandre III, as grandes estações ferroviárias e as novas lojas de departamentos, a combinar o ferro e o

vidro na construção, exibiam as inovações técnicas introduzidas no século XIX. Mas a Paris *fin-de-siècle* ousava ainda mais, ao mostrar ao mundo aquele prodígio testado pelos irmãos Lumière no *Grand Café des Capucines* em dezembro de 1895: o cinema, essa sétima arte que, segundo a imprensa da época, faria com que a morte deixasse de ser absoluta, pois implicava capturar a própria vida em seu movimento. Não só o cinema como outras inovações da ciência aplicada à tecnologia encontravam consagração: o automóvel triunfava como a grande aplicação dos motores de combustão interna e a bicicleta, *la petite reine*, era considerada adequada ao perfil da mulher moderna! A fotografia já era mais antiga nesse século das maravilhas, mas tivera uma difusão inusitada com a sua simplificação técnica. Por um lado, tornara-se equiparável a uma arte, a uma devoção *cult*, com o renomado Félix Nadar figurando como a grande estrela francesa nesse campo. Mas, por outro lado, a fotografia passava a ser uma prática de amadores, que captavam imagens instantâneas do cotidiano da vida. Realizava-se também o seu emprego no serviço da identificação dos indivíduos de uma grande cidade, como no caso do seu uso pela antropologia criminal para o estudo dos tipos perigosos, que ameaçavam a segurança dos cidadãos.

Uma grande cidade, essa Paris fim-de-século, coração da França, a exibir a elegância e o refinamento de uma elite e os temores e mistérios a enfrentar a cada esquina. A cidade era também dos pobres, dos miseráveis, dos expulsos do centro para o longínquo *faubourg*, uma vez transformada a capital francesa pelas intervenções do prefeito Haussmann. Uma Paris – ou melhor, uma *outra* Paris – protagonista da Comuna, que cobrira de sangue as pedras de certas ruas. Uma Paris revolucionária, que erguera barricadas com as mesmas pedras. Uma Paris popular – por vezes vermelha – mas que também encontrava o seu lazer, nos verões, a dançar e beber nas *guinguettes*, na beira do rio.

Uma Paris descrita mil vezes, desde os versos de Baudelaire ou a prosa de Balzac, na primeira metade do século XIX até a sucessão dos romances tão urbanos de Émile Zola nas últimas décadas do mesmo século. Uma Paris pintada por Caillebotte, Manet, Monet e muitos outros. Uma Paris que se abrira em ampla rede de *boulevards*, se cobrira de cafés, se exibia em parques e freqüentava a Ópera e ainda oferecia uma vida noturna cheia de espetáculos de cafés-concertos, de shows de *can-can* em Montmartre, anunciados pelos cartazes tão coloridos e expressivos do boêmio Toulouse Lautrec. Uma Paris de lavadeiras, costureirinhas, prostitutas, boas e pobres moças, *danseuses* e *diseuses*, com seus pintores e poetas malditos a

beber absinto no *bistrot*. Contraditória Paris, esta de 1900, crepúsculo de uma época, mas, como toda *twilight zone*, fascinante, justamente por ter sido efêmera e por ter sido um mito, por tantos, sonhado.

Do outro lado da Mancha, uma outra cidade pontificava também nesse mundo *fin-de-siècle*, a rivalizar com Paris. Londres, sede do Reino Unido, desse tão grande Império onde se dizia que *o sol jamais se punha*. Londres da Rainha Vitória, a reinar sobre ingleses e muitos outros povos de credos e raças diferentes, em um vasto império, a inaugurar um novo colonialismo. Londres, que antes de qualquer outra cidade, experimentara o que era ser uma sociedade de massas, onde primeiro se fizera sentir os novos conceitos de uma metrópole, como a multidão nas ruas, proporcionando a estranha sensação de alguém se sentir só no meio da massa.

Nesse final de século, o gigantismo da cidade-monstro era comprovado pela circulação do *Daily Mail*, que ultrapassava um milhão! Jornais, revistas, cartazes, mostravam que, na grande cidade, a comunicação atingia rapidamente todas as camadas sociais. Uma Londres que se aburguesara sem jamais deixar de ser aristocrática e de preservar a realeza. De Charles Dickens, com sua *Alice no País das Maravilhas*, a Oscar Wilde, com *O retrato de Dorian Gray*, a Inglaterra oferecia ao mundo os seus escritores, que a criticavam, cada qual a seu modo. Primeira a arrancar nos rumos do capitalismo, inovando na aplicação da ciência à tecnologia, a capital inglesa era o coração do mundo, em termos econômicos. Das chaminés das fábricas à máquina a vapor, dos trens às grandes lojas de departamentos, Londres era verdadeiramente uma metrópole: microcosmos do universo, o mundo lá estava, fosse sob a forma de mercadorias, fosse sob a forma de pessoas, a circular pelas ruas, em profusão de línguas e formas de trajar.

Londres, cidade enorme, que dera a ver ao mundo o seu avesso, através dos escritos de Engels, a revelar a miséria das classes trabalhadoras. Cidade onde a pobreza atingira um nível espantoso, tão grande quanto era a riqueza dos seus homens de negócio da *City*. Os banqueiros londrinos eram, na época, os fornecedores de empréstimos para o mundo. A cidade de Londres ainda tinha os seus mistérios, terríveis, assustadores, como as proezas de Jack, o *Estripador*, a atacar nas ruelas escuras de *White Chapel* as pobres prostitutas do bairro. A polícia, os higienistas, os engenheiros e os arquitetos discutiam quais as medidas para sanear, ordenar, disciplinar e controlar o *monstro* urbano.

Nesse final de século, os nacionalismos exacerbados faziam as nações enfrentarem-se pela soberania dos mundos coloniais enquanto, internamente, viam-se a braços com as fronteiras internas entre ricos e pobres. Do Império Austro-Húngaro à Rússia dos tzares, passando pelo Império Alemão e pelo Reino da Itália, recém-criados, grandes cidades repetiam os modelos dos maiores centros urbanos. Viena, Budapeste, São Petersburgo, Berlim e Roma experimentavam o desenvolvimento econômico, as desigualdades sociais, o refinamento da cultura de suas elites, o crescimento da questão social.

Gente começava a emigrar para a América em grandes levadas, em busca de terra e trabalho. Desde a década de 70, as afirmações de Darwin haviam posto em xeque os postulados bíblicos da ciência da época: com que então, o homem descendia do macaco? Época de milagres, como o telégrafo e o telefone, e de grandes descobertas, como os micróbios de Pasteur e o bacilo de Koch. Camille Flammarion vulgarizava a astronomia, Pierre e Madame Curie descobriam o rádio. Siemens e Martin haviam apresentado seu processo de fabricação do aço e, após, Siemens oferecera ao mundo o dínamo para a produção da eletricidade, para que Thomas Edison, desde os Estados Unidos, inventasse a luz elétrica. Mas essa era também uma época de barbarismos, cometidos pelos civilizados europeus nos seus domínios coloniais, tais como os belgas no Congo ou os ingleses na Índia. Independente disto, no plano internacional, consolidava-se a superioridade da civilização europeia ocidental cristã e o seu “direito” de dominar o mundo.

Do outro lado do oceano, vamos ao encontro do Rio de Janeiro, nesse final do século: uma cidade linda, cidade-paisagem, onde a natureza se impunha sobre a cultura. Bela, exuberante, mas suja, desordenada e doente. Uma cidade cheia de negros e moléstias tropicais, diziam os jornais europeus, opinião esta que fazia muitos navios passarem ao longo de seu porto, para desembarcarem em Buenos Aires, com medo da febre amarela. O Rio era uma cidade confusa que crescera como um labirinto de ruas, vielas e becos. Nos fortes calores do verão, a elite abandonava a cidade para refugiar-se em Petrópolis, buscando a fresca das terras mais altas. Sede da corte, o Rio experimentara, ao longo do século XIX, o crescimento econômico baseado na cafeicultura do vale do Paraíba do Sul, na dinâmica de seu porto e no controle da política fiscal do país. Na segunda metade do século XIX, D. Pedro II reinava, desde o Rio, a fazer alterna-

rem-se no poder os partidos – Liberal e Conservador – e a enfrentar, no plano externo, a Guerra do Paraguai.

O Rio de Janeiro *fin-de-siècle* foi o palco em que tiveram lugar dois acontecimentos políticos, que expressavam processos de mudança econômico-sociais no país: em 1888, a Princesa Isabel assinava a Lei Áurea, libertando os escravos e, no ano seguinte, em 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamava a República. O país mudara bastante ao longo destas últimas décadas do século XIX. Continuava na dependência do capital financeiro inglês, mas o final do século vinha mostrar que os maiores compradores do café brasileiro passavam a ser os americanos. Na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o Brasil havia recebido um grande contingente de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos e alemães, vindos para trabalharem na lavoura do café ou para se tornarem pequenos proprietários no sul do país. A sociedade se transformava, cheia de pequenos comerciantes e artesãos, funcionários públicos, militares, bancários e banqueiros, comerciantes e caixeiros, capitães de indústria e operários.

Na esteira da acumulação de capital proporcionada pelo café e sua comercialização, no Rio de Janeiro e São Paulo, ou no sul do país, em face da exportação dos produtos agropecuários da lavoura colonial de origem imigrante, a economia diversificava-se. E, sobretudo, se começava a tramar a queda do regime. Elites paulistas, enriquecidas com os negócios do café, criticavam o centralismo monárquico, a postular uma república federativa, onde as regiões pudessem autodeterminar-se. As camadas médias urbanas vislumbravam também, na mudança do regime, uma oportunidade de melhores condições de ascensão social e oportunidades de emprego. Da mesma forma, os militares tinham uma outra compreensão sobre os rumos a tomar e as necessidades do Brasil, criticando a monarquia que não dava ao exército oportunidade de manifestar-se politicamente. Sobretudo, após a Guerra do Paraguai, o exército saíra fortalecido, com um *esprit de corps* muito forte.

Na Escola Militar do Rio de Janeiro, assim como na Faculdade de Direito de São Paulo e em outras instituições de ensino, os jovens bacharéis e oficiais haviam tomado conhecimento de novas idéias, que falavam de progresso social e ordem social. Seu inspirador era o francês Augusto Comte, que postulava uma república autoritária, governada por uma elite de sábios e de técnicos. Esta não

era a mesma República sonhada pelas camadas médias urbanas e pela elite cafeeicultora paulista, mas para a queda do regime, todos se uniram, aproveitando todas as brechas do sistema monárquico, para promover a sua queda.

República proclamada por um golpe militar, assumira a presidência do Governo Provisório Deodoro da Fonseca, que teve por tarefa convocar uma Assembléia Constituinte. Em fevereiro de 1891, o Brasil ganhava a sua primeira constituição republicana, e confirmava Deodoro na presidência do país.

A sede do novo regime continuou a ser a bela cidade, alongada entre o mar e a montanha. Mas o Rio tinha cada vez mais problemas, que apontavam para soluções enérgicas, como aquela levada a efeito pelo prefeito Barata Ribeiro ainda em 1893, ao destruir o grande cortiço *Cabeça de Porco*, onde viviam mais de duas mil pessoas!

Se, de um lado, a cidade ostentava as misérias do povo, habitando em cortiços, na elegante Rua do Ouvidor a elite intelectual tinha ponto de encontro na porta da Livraria *Garnier*. Entre eles, modesto, recatado, a figura magnífica do romancista e escritor Machado de Assis. Copacabana era ainda uma promessa, e a verdadeira cidade era mesmo o Centro, com o Largo do Machado, a Rua Direita, o Largo do Boticário, o Rossio e o decadente Morro do Castelo. Mas havia ainda, é claro, Santa Teresa, com sua paisagem dos Arcos e o bondinho, além de Botafogo das belas mansões, e mais o Catete, Laranjeiras, Catumbi...

Mas os primeiros anos da República seriam instáveis, agitados. Foi concedido direito de emissão aos bancos, o que resultou em abundância de crédito e de numerário, contribuindo para a desvalorização externa da moeda e inflação interna. Tal política, conhecida como *Encilhamento*, foi instaurada para estimular a economia brasileira, que transitava da escravidão para o assalariamento e que necessitava ampliar o crédito para os investidores. Um novo golpe de Estado se seguiria, com Deodoro da Fonseca fechando o Congresso para, pouco tempo depois, se demitir. Floriano Peixoto, como vice, assumiu a presidência e teve de enfrentar dois levantes contra o novo regime: no Rio de Janeiro, a Revolta da Armada, conduzida pela Marinha, movimento que acabou se ligando àquele que eclodira no sul, em 1893, a tristemente célebre Revolução Federalista ou *revolução da degola*...

No sul do país, naquela *fin-de-siècle* Porto Alegre, passara de capital da Província de São Pedro à capital do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade

crescera, atingindo nesta época cerca de 70 mil habitantes. Esse desenvolvimento urbano se dera, por um lado, em função do seu porto, voltado para o Guaíba, a receber os produtos da economia colonial imigrante e a redistribuí-los para o resto do Estado e para o país, através da Lagoa dos Patos e o porto de Rio Grande. Mas por outro, a imigração estrangeira, notadamente alemã e italiana, dera à cidade uma movimentação importante: fábricas, bancos, casas comerciais revelavam o dinamismo do centro urbano o que, por sua vez faziam com que, do interior, muitos procurassem a progressista capital, em busca de emprego e oportunidades de vida. E, realmente, por seus espaços, atores e práticas, Porto Alegre dava evidências que não era mais uma cidade pequena.



Serviços de melhoramentos urbanos começavam a ser implantados, o bonde puxado a burro ceder lugar ao elétrico, e a cidade principiava a sonhar com a modernização. Mas havia alguns que, desde fora do Rio Grande há muitos anos, como Antonio Álvares Pereira Coruja, traziam suas memórias para um público que não vira a cidade em seus inícios! Desde o Rio, onde vivia, Coruja contava para os homens do final do século XIX como era a cidade no início do século, na qual ele vivera, e mesmo aquela do fim do século XVIII, que lhe haviam contado! Em suma, a Porto Alegre da *fin-de-siècle* já tinha um passado e desejava conhecer sua história! Outros, como o renomado Achylles Porto Alegre, complementavam, a seu modo, a narrativa memorialística de Coruja, rememorando em suas crônicas a pacata cidadezinha que fora um dia a capital do Rio Grande nas décadas de 60 e 70 do século XIX, com mulheres de mantilha a caminho da missa, com gente

sentada em cadeiras na calçada, a conversar e com as crianças a brincar de roda no meio da rua... Mas esses eram já tempos passados, trazidos pela memória do cronista que dava a ver, aos leitores de sua época, a cidade que eles não haviam conhecido. Porto Alegre agora crescera e se queria moderna.

No centro da cidade, a elegante Rua dos Andradas, chamada pela população pelo antigo nome, *Rua da Praia*, com suas casas de comércio, vitrinas, cafés, livrarias, era um ponto de encontro da população local. Principal artéria da cidade, por ela cruzavam-se políticos, comerciantes, trabalhadores urbanos, caixeiros, famílias, desocupados. Ali na *Rua da Praia* se decidiam negócios, se fazia política e se discutia literatura, desde as portas



da Livraria Americana às dependências da famosa alfaiataria de Germano Petersen, passando pelos cafés e confeitarias. Em uma de suas esquinas, os escritórios do recém criado jornal *Correio do Povo* se haviam tornado local de encontro de reunião da intelectualidade da época, constituída de poetas, jornalistas e escritores. Das calçadas da *Rua da Praia*, se lia e comentava os jornais – *A Federação*, *o Correio do Povo*, *a Gazetinha*, *a Gazeta da Tarde*, *o Jornal do Comércio* – ou se olhava as vitrinas das lojas, iluminadas pela luz elétrica, à noite, desde 1895. Passarela da moda e de realização do *footing*, as damas desfilavam na *Rua da Praia*, para serem vistas pelos elegantes cavalheiros da cidade.

Na cidade alta, o Theatro São Pedro, em frente à Praça da Matriz, recebia os porto-alegrenses para suas apresentações. Os hipódromos da cidade – os prados, no vocabulário local – eram locais de grande afluência. Ao longo da Rua

Duque de Caxias e da Avenida Independência, no caminho de quem ia para os Moinhos de Vento, no alto da montanha, as mansões da elite se erguiam, imponentes. No arrabalde do Menino Deus, ao longo de sua avenida central, a Treze de Maio, atual Getúlio Vargas, casas de elite e chácaras se haviam expandido. As camadas médias e populares urbanas viviam na Cidade Baixa e outros arraiais.

Mas existia, também, uma *outra* cidade de Porto Alegre, aquela dos becos e das vielas que se entrecruzavam com as principais ruas do centro. Nelas, em velhos sobrados sublocados, em porões e em casebres, aglomeravam-se os pobres. O espetáculo da assimetria social fazia presença num espaço social que era, de uma certa forma, compartilhado. Se as ruas Duque de Caxias, *da Praia*,

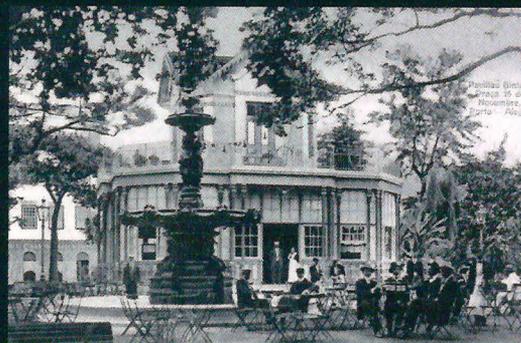


Riachuelo e Sete de Setembro ostentavam casarões e sobrados de moradia tal como prédios com escritórios e casas de negócios, os becos abrigavam botequins, bordéis e casas de jogo. E, em torno da zona central, um verdadeiro *cinturão negro* se desenvolvia, abrigando os egressos da escravidão, que compunham setores marginalizados da *urbs*. A Colônia Africana, para além da Várzea, correspondendo ao que hoje é o Bairro Rio Branco e o Areal da Baronesa, zona baixa do Menino Deus, eram alguns destes espaços, estigmatizados pela *cidade-cidadã*. Já no Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria) e no Bairro Floresta, tal como na sua continuidade, com os arraiais dos Navegantes e de São João, as chaminés das fábricas e o movimento dos operários, cada manhã, mostravam o perfil de uma cidade progressista, que expandiam a ocupação do espaço urbano para outros territórios.

Mas Porto Alegre, a capital do Estado, não possuía ainda um estabelecimento de ensino superior. Esta foi uma das questões que se colocaram para

aquele grupo de jovens bacharéis, recém-formados nas academias do país, e que voltavam ao Rio Grande com novas idéias e propostas. Liderados por Júlio de Castilhos, este grupo tomou o poder por ocasião da proclamação da República em 1889. Politizados, sectários, ativos e radicais nas suas posições, os *castilhistas* deram início ao longo período de controle do poder político regional. Por quarenta anos, durante toda a chamada República Velha, os republicanos puseram em prática uma forma autoritária de mando, empenhados num programa de desenvolvimento global da economia do Estado. Tinham no positivismo a sua matriz para a conduta política e administrativa.

De início, tiveram que enfrentar um conturbado período político na-



queles primeiros anos da República. Porto Alegre agitava-se, o povo saía às ruas para aplaudir os políticos ou para derrubá-los. Os jornais publicavam violentos artigos, os debates eram inflamados.

Os sectários republicanos se agregavam em torno de Castilhos e tinham o apoio do exército, mas isto não impediu que, por um breve período – o *governicho* –, o jovem governante gaúcho fosse deposto, para depois voltar com mais poder. Mas a elite tradicional dos grandes senhores de terra da fronteira, com o apoio também de alguns comerciantes, opunha-se ao autoritarismo ilustrado dos novos detentores do poder. Antigos liberais, travestidos em federalistas – os temidos maragatos, do lenço vermelho – e mesmo republicanos dissidentes manifestaram-se violentamente contra o autoritarismo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). De 1893 a 1895, a Revolução Federalista – a conhecida *revolução da degola* – explodiu violenta. Associada à Revolta da Armada, no Rio, os dois levantes punham em xeque as instituições republicanas. O PPR, contu-

do, saiu vitorioso e fortalecido do conflito, e teve início um período de consolidação do seu domínio no Estado.

A proposta modernizadora republicana teve como uma de suas ações o projeto do estabelecimento de ensino superior. O PRR apostava na diversificação e na modernização dos processos produtivos, fazendo com que o Rio Grande pudesse concorrer em termos de competitividade com o ensino técnico profissional e com o ensino universitário, devendo propiciar a difusão de modernos padrões de produção e a capacitação de sua elite e dos trabalhadores. Não mais um Rio Grande exclusivamente agrário e pecuarista, mas também urbano e industrializado. Não mais a busca de ensino superior fora do Estado, mas a oportunidade para os jovens realizarem a sua formação no próprio Rio Grande. Um Estado moderno e uma capital que precisava renovar-se foram alguns dos tópicos do programa republicano.

A resposta *comteana* adaptada à realidade regional implicava estimular a ação do Estado como agente de remoção de entraves à iniciativa privada e de guia moral e educador do social. A transformação da sociedade requeria um esforço educacional sistemático, com vistas a formar uma opinião pública adequada à manutenção da ordem. A preocupação positivista com a educação fez do Estado gaúcho um promotor do ensino, tarefa que contou com o apoio e a iniciativa de intelectuais e políticos. Profissionais liberais, jornalistas, empresários e intelectuais compunham com o governo e com eles se agregavam dentro de uma mesma aliança que, na seqüência de Júlio de Castilhos a Borges de Medeiros na presidência do Estado, alicerçava um projeto para o Rio Grande. Centrado em Porto Alegre, na sua dimensão intelectual, projetava instalar o ensino universitário. Segundo a orientação positivista, o ensino superior devia ser mantido pela comunidade, através da criação de instituições autônomas de ensino superior.

Encerrada a Revolução Federalista, novos ventos começam a soprar no Rio Grande e, em 17 de fevereiro de 1895, um grupo de médicos e farmacêuticos locais formou a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial que, amparada pela União Farmacêutica – entidade existente desde 1894 –, possibilitou a sua instalação cerca de um ano depois, em 2 de fevereiro de 1896. Mas a recém fundada Escola não tinha prédio próprio, o que lhe dava um endereço acanhado: o porão do Liceu D. Afonso, onde funcionava a Escola Normal de então, na

esquina da Rua Duque de Caxias com a Rua Marechal Floriano, onde hoje se encontra o Colégio Seigné.

Na cidade alta, tomavam pé os primeiros ensaios de uma proposta também elevada para o Rio Grande: um projeto para a qualificação das elites e para a preparação de seus dirigentes. Tal projeto brotava da iniciativa particular, com o apoio dos governos municipal e estadual. O governo estadual, dentro de sua proposta inspirada nos ensinamentos de Augusto Comte, dava apoio e sustento moral à iniciativa particular, mas não subvencionava ou assumia a responsabilidade do empreendimento. Esta postura de não-tutela governamental não impedia, contudo, que se tratassem de iniciativas da mesma elite ilustrada, que ocupava diferentes espaços, no governo e no ensino superior, e que possuía uma proposta para o Rio Grande. Esta identidade entre homens de governo e homens de ciência pode ser exemplificada pela figura de Protásio Alves, que seria o primeiro diretor da Faculdade de Medicina e personalidade de proa no PRR, vindo a ocupar por duas vezes o cargo de vice-presidente do Estado.

Junto com a Faculdade de Farmácia, passou a funcionar na Santa Casa de Misericórdia, desde 1897, um Curso de Partos. Como seria de esperar, a questão da saúde era uma das prioritárias para uma cidade que crescia. Estas duas iniciativas uniram-se para a criação da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, resultado da fusão do Curso de Partos com a Escola de Farmácia. Junto a essa passou a funcionar, no mesmo ano, o Curso de Odontologia. Finalmente, em 25 de julho de 1898, foi criada a Faculdade Livre de Medicina Farmácia de Porto Alegre, como resultado da fusão da Faculdade de Farmácia com a Escola de Partos. Um centro de ensino superior médico estava formado no Rio Grande do Sul, constituindo-se na terceira Faculdade de Medicina do país.

No ano seguinte, em 1899, a Faculdade de Medicina saía do porão da Escola Normal para o andar térreo do mesmo prédio e pelo Decreto Federal 3.758 de 1/9/1900 foi equiparada às suas congêneres federais.

Entretanto, a Escola de Engenharia, criada em 10 de agosto de 1896, é que seria o núcleo central da proposta republicana e positivista de ensino superior. Surgiu através da iniciativa de um grupo de engenheiros militares, de formação positivista e professores da Escola Militar de Porto Alegre – João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Octaviano Muller, Lino Carneiro da Fontoura e Gregório de Paiva Meira –, aos quais se agregou o

engenheiro civil Álvaro Nunes Pereira. A iniciativa granjeou o apoio popular, e foi através da subscrição para angariar fundos que a Escola de Engenharia pôde encontrar recursos para começar a funcionar, o que o fez em 1º de janeiro de 1897, nas salas do Ateneu Rio-Grandense. Em 8/12/1900, o Decreto Federal 727 reconheceu a Escola de Engenharia e, no mesmo ano, já conseguia instalar-se em prédio próprio, que construiu em terreno doado pelo governo municipal, no antigo Potreiro da Várzea, já então conhecido como Campo da Redenção. O prédio da Escola de Engenharia tinha, originariamente, dois pavimentos. Sóbrio, com escassa decoração, o edifício tem indicado no frontão, em números roma-



nos, o ano da sua inauguração.

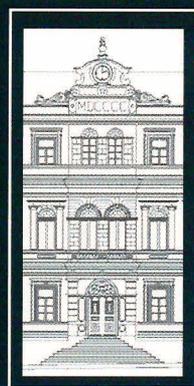
A Escola de Engenharia destinava-se a ser o estabelecimento preparador de um grupo técnico de nível que contribuísse com seus conhecimentos para a racionalização da produção industrial gaúcha. Igualmente, devia realizar projetos e estudos sobre aplicações tecnológicas à produção, assim como análises sobre novos métodos. Destas preocupações do governo não esteve ausente a meta de formar uma mão-de-obra qualificada que, com a sua habilitação profissional adequada, contribuísse para aquele processo racionalizador.

Neste sentido, o intendente de Porto Alegre José Montaury de Aguiar Leitão pôs à disposição do diretor da Escola de Engenharia João Pereira Parobé uma verba para a instalação do Liceu de Artes e Ofícios. Entretanto, por sugestão de Parobé, essa verba foi destinada à construção do prédio da Escola de Engenharia. O Conselho Municipal concedeu a solicitação, assim como a suplementação de verbas que fez com que, de 1898 a 1900, fossem realizadas e concluídas

também as obras do prédio que se localiza na Rua Sarmiento Leite.

Inaugurada com o novo século, a Escola de Engenharia receberia ainda recursos do orçamento estadual para montagem de gabinetes e laboratórios, uma vez que era o núcleo central da proposta do governo, orientado pelas suas preocupações positivistas. Junto à Escola de Engenharia foi erguido, em 1900, o prédio do Curso Ginásial Preparatório, futuro Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Esta instituição destinava-se a preparar os jovens que pretendiam ingressar na Escola.

Paralelamente a estas instituições que, em rede, destinavam-se a for-

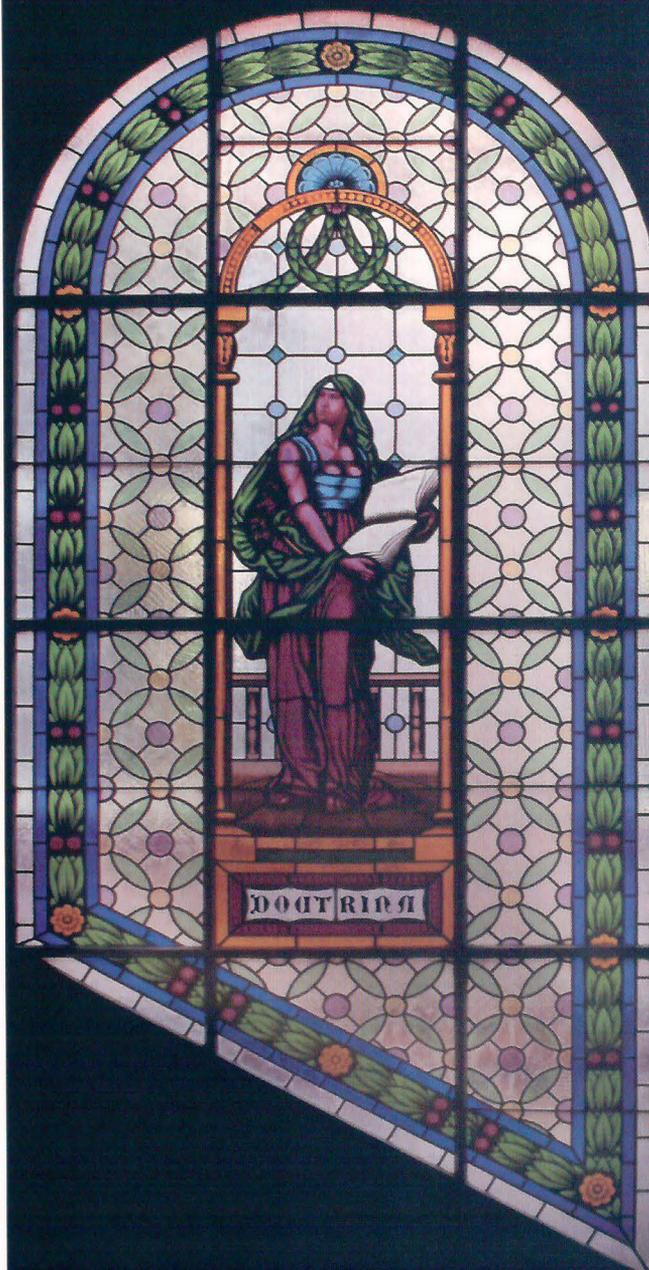


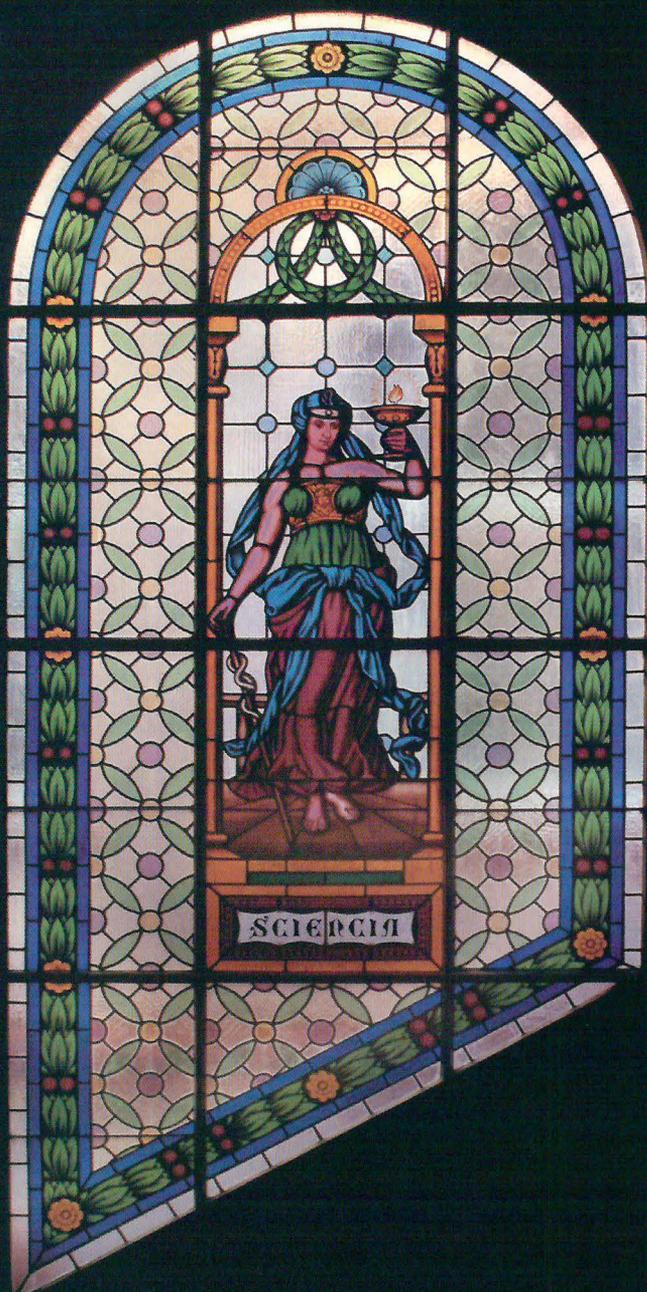
mar a elite técnica do país, a elite política propriamente dita agregava-se na Faculdade de Direito. Formada em 17 de fevereiro de 1900, a Faculdade Livre de Direito, primeira do seu gênero na região sul do Brasil, funcionando, tal como as outras, no prédio da Escola Normal e do antigo Liceu, teve como seu primeiro diretor o desembargador Carlos Thompson Flores. Já desde o seu início, a Faculdade de Direito agregou nomes expressivos, que se iriam destacar na vida política do Estado. Na primeira turma, em 1904, formaram-se bacharéis em Direito Anápio Jobim, Antonino Machado, Armênio Jouvin, Carlos Martins Pereira e Souza, Frederico Fabrício Ribeiro, Hélio Torres, Jacob Kroeff Netto, José Carlos de Souza Lobo, José Conrado Wagner e Osório de Andrade Neves. Na Faculdade de Direito celebrizou-se a famosa *Geração de 1907*, à qual pertenceu Getúlio Vargas e Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho. Estes acadêmicos haviam formado o Bloco Acadêmico Castilhistas para apoiar Carlos Barbosa Gonçalves, candidato oficial do PRR na sucessão de Borges de Medeiros, contra

Fernando Abbott, no ano de 1907.

Com o auxílio do governo estadual e também do municipal, assim como através de doações obtidas em campanhas públicas junto à comunidade, foi possível obter os recursos para iniciar a construção de um prédio próprio, na atual Avenida João Pessoa. À sombra de Comte, estava criada a base para uma universidade no Rio Grande do Sul.

Por ocasião da Exposição Estadual de 1901, que tanto celebrava a entrada do novo século, como mostrava a pujança do desenvolvimento rio-grandense ao longo de uma década de administração republicana, a Escola de Engenharia ocupou um lugar de destaque no grande evento, que teve lugar no Campo da Redenção. Dentre os pavilhões das empresas gaúchas, edificados na Várzea e ornamentados para exibirem seus produtos para o grande público que acorreu à exposição, se erguia o prédio da recém-criada Escola de Engenharia, a mostrar uma das realizações culturais do governo republicano. Desta forma, a Esco-





la de Engenharia se mostrava integrada à exibição mais ampla das atividades agroindustriais do Estado.

Celebrando o grande evento, o jornal *O Independente* comentava ser “*realmente animador o exemplo que vem dar o Rio Grande enfrentando corajosamente a tremenda crise que assoberba o nosso vasto país, promovendo em quadra de tamanha calamidade a significativa festa que tanto honra os seus promotores e executores*”. Enquanto os demais Estados da União, debatiam-se em disputas políticas, o Rio Grande, sob a batuta do PRR e pacificado após o conflito federalista, *executava uma exposição que o colocava a par dos mais cultos países do mundo...* E, nos quadros da afirmação deste orgulho regional, a nascente universidade local tinha o seu lugar. A elite gaúcha celebrava o acerto do Rio Grande com o seu tempo, integrado na história do século XX a se iniciar. E, este, na verdade, parecia prometer maravilhas...

O mundo adentrava o novo século em plena *belle époque*, marcada pelos mais recentes avanços da tecnologia: o cinema, de Lumière à Gaumont,

fazia progressos e seduzia multidões, como atestava a inauguração, em 1911, em Paris, da maior sala de cinema do mundo, com 3.400 lugares, o Gaumont Palace. Em 1900, o Zeppelin fazia o seu primeiro vôo experimental; em 1901, o brasileiro Santos Dumont voaria em torno da *tour Eiffel* com o seu balão dirigível, ao longo de trinta minutos para, em 1906, tornar-se o primeiro a voar na primeira aeronave mais pesada que o ar, seu famoso 14-Bis. Desde 1896, rodara o primeiro automóvel, mas só em 1903, com a fundação da Ford Motor Company, iniciou a fabricação em série que culminou, em 1909, com o lançamento do primeiro *ford de bigode*, o carro das multidões, conforme anunciara seu fabricante, Henry Ford. Em 1899, a primeira mensagem pelo telégrafo sem fio, através da Mancha, se dera graças a Marconi que, em 1901, estendeu o processo através do Atlântico, mostrando que o mundo podia tornar-se menor, através das novas formas de comunicação.

As grandes cidades da época tinham transporte subterrâneo, iluminação elétrica, tráfego de veículos pelas ruas agitadas, *omnibus* ou *tramways* como transporte coletivo urbano. Às grandes lojas de departamentos de Paris – Samaritaine, Printemps, Laffayette – correspondiam em Londres ao Harrods e Selfridge. Aos musicais e espetáculos da Ópera, se sucediam as sessões de cinema, a conquistar novas fatias do público. Jornais dirigidos às camadas populares – como o *Daily Mail*, de Londres – mostravam que uma imprensa de grande circulação podia ser uma atividade lucrativa, a fornecer, a um público pouco letrado, notícias curtas e matérias sobre as quais ele teria interesse de ler. A propaganda comercial enchia os periódicos e as ruas com cartazes, *réclames* e material gráfico que fazia a publicidade de toda sorte de produtos e serviços. E, nestas sociedades de massa, uma nova bebida – a Coca-Cola –, vinda dos Estados Unidos, procurava se impor no início do século, associando sua imagem à de uma sociedade moderna. Todas estas eram novidades que faziam pensar não haver mais limites para a ciência e para o bem-estar da vida nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.

Mas havia mais. Em 1900, Freud, o teórico do inconsciente, publicava *A interpretação dos sonhos*. Em 1903, Marie Curie tornou-se a primeira mulher a ser admitida na Royal Institution de Londres, obtendo, no mesmo ano, o Prêmio Nobel por suas descobertas com relação à radioatividade. Em Paris, Marcel Proust escrevia os doze volumes da sua obra-prima, *Em busca do tempo perdido*, verdadeiro panorama das sensibilidades de uma época enquanto, em Dublin, James Joyce

produzia *Ulisses*, outra obra magistral. Na música, Claude Debussy, Gustav Mahler e Igor Stravinsky representavam, cada qual a seu modo, os sentimentos da alma nacional. Um novo *ballet* surgia com os russos, através da dança de Nijinsky e de Ana Pavlova.

Nas artes plásticas, os anos que precederam a Guerra viram se suceder as correntes que rompiam com os padrões clássicos do século XIX: na seqüência da art nouveau da virada do século, que teve uma das suas maiores expressões em Gustav Klimt, manifestaram-se as novas posturas do pós-impressionismo – Paul Cézanne, em especial –, do cubismo – Pablo Picasso e Braque –, do fauvismo



– Matisse, Derain –, do futurismo de Marinetti, o abstracionismo de Wassily Kandinsky, o expressionismo de Kokoshka, Münch e Schiller, os primitivistas como Henri Rousseau, os simbolistas como Odilon Redon.

Mas, nem só de espetáculos e importantes avanços nas ciências e nas artes se fazia o novo século, pois as crises políticas e sociais se sucediam, preparando o mundo para uma guerra que marcaria o declínio da hegemonia européia no mundo. Vários conflitos ocorriam em uma realidade internacional globalizada pelo neocolonialismo europeu, onde às questões econômicas e políticas de um capitalismo selvagem se misturavam a nacionalismos exacerbados e às teorias da superioridade racial, que legitimavam a supremacia da civilização européia cristã ocidental no mundo. Alguns destes incidentes que marcaram o panorama bélico mundial foram a Revolta dos Boxers, na China, contra a dominação es-

trangeira; a Guerra dos Bôers, dos holandeses contra os ingleses, na África do Sul; a Guerra Russo-Japonesa, desenvolvida nos territórios da Coreia e da China e a Revolução Russa de 1905, quando, no Domingo Sangrento de 22 de janeiro de 1905, a guarda do Palácio de Inverno atirou contra o povo.

Mas graves questões internas também ocorriam no seio das nações européias, onde o proletariado se organizara em estruturas supranacionais, o movimento sindical se fortalecera e os anarquistas, socialistas e marxistas se agregavam em partidos. Dos *progroms* da Rússia czarista ao caso Dreyffus na França, o anti-semitismo se expandia. Paralelamente às guerras fora da Europa, vivia-se uma paz armada, e a *Entente Cordiale*, acertada entre a França e a Grã-Bretanha, em 1904, tendo como coadjuvantes, em segundo plano, a Rússia e a Alemanha, para resolver as disputas pelo Egito e Marrocos, bem mostrava o quanto as rivalidades entre as grandes potências estavam a ameaçar o equilíbrio internacional. Em 1907, nova tentativa de acordo entre as ações foi acertada com a formação, em 1907, da *Tríplice Entente*, entre Grã-Bretanha, França e Rússia, mas a situação se degenerou por inúmeras intervenções armadas dentro da própria Europa: em 1908, o Império Austro-Húngaro anexava a Bósnia-Herzegovina e, na Turquia, tinha lugar a Revolução dos Jovens Turcos; em 1910, era derrubada a monarquia em Portugal e no ano seguinte, a Itália anexava a Líbia; em 1912, iniciam-se as guerras nos Bálcans, culminando, em 1914, com o assassinato, em Sarajevo, do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, incidente que dá início à Primeira Guerra Mundial. No decorrer da Guerra, ocorreu, em outubro de 1917, a Revolução Russa, que pôs fim à monarquia czarista e assombrou o mundo com as novas idéias e práticas do comunismo bolchevique que tomara o poder, sob a liderança de Lênin.

Nos anos 20 que seguiram, o mundo viveu os *anos loucos*, com suas melindrosas de saias curtas, com a renovação dos costumes, a imagem de uma nova mulher, o *jazz*, o *charleston* e o saxofone, os concursos de dança e de beleza, com a revolução nas artes. Ocorreu a explosão do expressionismo alemão, a produzir filmes com a força dramática de *O gabinete do Doutor Caligari*, de Robert Wiene ou *Metropolis*, de Fritz Lang. Mas a Alemanha daria ao mundo também a *Bauhaus*, escola que, reunindo arquitetura, escultura, pintura e artes aplicadas, se dedicava às pesquisas sobre forma, cor e novos materiais. Na França, tinha lugar a *era dourada* de Montparnasse, com os seus cabarés e com os *shows* extra-

vagantes, como o de Josephine Baker, vestida de...bananas! Paris era uma festa, no dizer de Ernest Hemingway, e era, sobretudo, cosmopolita, a abrigar Gertrud Stein, Pablo Picasso, Amedeo Modigliani, Ezra Pound, James Joyce, Scott Fitzgerald, além de Jean Cocteau, Louis Aragon, Marcel Duchamp. O surrealismo triunfava a saudar, desde Paris, os filmes de Buñuel e as telas de Dali.

Os Estados Unidos, contudo, ganhavam espaço nestes anos agitados: os arranha-céus davam o novo panorama de uma cidade moderna, de que Nova Iorque era exemplo, enquanto as artistas de Hollywood ditavam a moda. Charlie Chaplin, o impagável *Carlitos*, o *monstro sagrado* Rodolpho Valentino, Theda Bara, a primeira *vamp*, a *divina* Greta Garbo e Mary Pickford, a *namoradinha da América*, eram uma sensação no plano internacional. Por outro lado, Chicago era o império de Al Capone com seus *gangsters*, a desafiarem os tempos da Lei Seca.

Maravilhosa, mas também intolerante América, com suas seitas fanáticas, como a Klu-Klux-Klan, a afirmar a supremacia branca na perseguição aos negros. Uma indústria em série, de bens de consumo para uma classe média com bom poder aquisitivo – automóveis, geladeiras, fogões e rádios – mostrava ao mundo uma faceta de prosperidade.

A política externa do país sofrera um endurecimento com a ascensão de Theodore Roosevelt à presidência dos Estados Unidos, em 1902. A estratégia do *big stick* – do porrete grande – tinha lugar nos países mais fracos da América Latina e, no plano interno, os norte-americanos suprimiam os últimos territórios indígenas. Alguns incidentes, contudo, iriam abalar este imperialismo crescente. No México, uma revolução, liderada por Francisco Madero fazia cair o governo de Porfírio Díaz, pró-americano, amigo dos *gringos*. A Revolução Mexicana contou com lideranças revolucionárias camponesas e populares, como Emiliano Zapata e o quase lendário Francisco Villa – *Pancho Villa*.

A entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra, em 1917, contudo, iria consolidar o papel que esta nação se auto-atribuía, como defensora do *mundo livre*. Tal missão dos norte-americanos seria ratificada pela ação do presidente Wilson, em 1918, lançando os *14 pontos*, conjunto de princípios que defendia a autodeterminação dos povos e sugeria a criação de uma Sociedade das Nações para garantir a paz. Em 1920, em Genebra, era criada a Liga das Nações.

O espírito de euforia dos anos 20 precedeu uma nova catástrofe mundial, que adveio tanto da crise da Bolsa de Nova Iorque, quanto da ascensão do

fascismo e dos regimes totalitários – de esquerda e direita – assim como da eclosão de uma nova Guerra Mundial, em 1939.

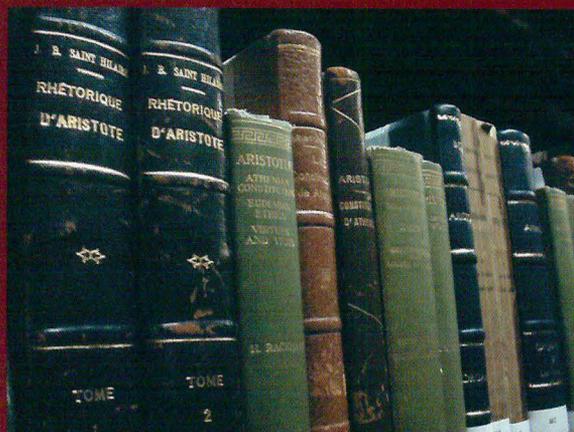
No Brasil, a jovem República oscilava entre propostas civilizatórias, vivendo a sua *belle époque*, e a erupção de um outro Brasil, para o qual a mudança do regime só viera aprofundar as contradições. No Rio de Janeiro, no início do século XX, sob a inspiração de Paris, o prefeito Pereira Passos remodelara a cidade, rasgando a majestosa Avenida Central, ladeada de belos edifícios de arquitetura eclética. O poeta Olavo Bilac celebrava a mudança em suas crônicas, chegando a escutar como música o ruído das picaretas que faziam tombar o velho Rio, colonial e atrasado, para ceder espaço à modernidade urbana desejada tanto pela elite de técnicos e, também, de intelectuais.

A capital da República vivia o sonho de ser uma *Paris sur mer*, onde o cronista João do Rio pontificava, no exercício de um moderno jornalismo. Para cuidar da saúde desta que seria a *cidade maravilhosa*, o médico Oswaldo Cruz causou uma verdadeira comoção social com a imposição da vacina obrigatória contra a febre amarela. A capital do Brasil tinha um imponente Teatro Municipal, à semelhança da Ópera de Paris, uma Academia Brasileira de Letras, uma formidável Biblioteca Pública, confeitarias, bons restaurantes, *boulevards*, grandes lojas com moda francesa.

Era possível ver, nesta bela cidade, o escritor Coelho Netto, sentado em um café da Avenida Central, com os amigos, a discutir literatura, ou, na imponente Biblioteca Nacional, ver o historiador Capistrano de Abreu afundado nos livros... Um outro Rio, contudo, era o das prostitutas do porto e da Praça Quinze, ou o dos luxuosos bordéis, como o da famosa Susana Casterá. Coisas de uma grande cidade, sem dúvida!

Mas havia, também, lado-a-lado, a miséria das populações urbanas, vivendo em cortiços, pouco a pouco desalojadas do centro. Sobre os pobres da cidade, sobre a tragédia da vida da população mestiça e negra de um país, governado por uma elite que queria ser branca e civilizada, muito escreveu Lima Barreto, em romances críticos, irônicos e amargos. Nos centros urbanos, movimentos paredistas – greves – surgiam dos operários organizados em partidos e sindicatos. No campo, movimentos de *fanáticos*, como os de Antonio Conselheiro, no arraial de Canudos ou o da Guerra do Contestado, no sul do Brasil, mostravam, para a elite civilizada, que a *barbárie* do rural estava a ameaçar a ordem civil instituída.

E a ordem era dada, basicamente, pelos dispositivos da Constituição republicana de 1891, que assegurava uma estrutura federativa para o país, com grande autonomia para os Estados. Os princípios deste presidencialismo federativo haviam sido dados pela instituição da *política dos grandes Estados*. A representação proporcional das bancadas estaduais no Congresso Nacional baseava-se na



população de cada unidade federativa, o que garantia o predomínio dos maiores Estados. Entre estes, se acertava o que viria a se chamar a *política dos governadores* que, entre si, articulavam a indicação do nome para a presidência da República. No plano local, este processo era garantido pelos coronéis que, em cada município, arregimentavam votos e controlavam as eleições, que não eram secretas e sim *a descoberto*, sem justiça eleitoral autônoma.

Na prática, tendo em vista a hegemonia do café na economia brasileira, esta política orientou-se para uma predominância de presidentes paulistas a alternarem-se com mineiros no controle do país, no que veio a se tornar conhecido como *política do café com leite*. Mas o café enfrentava crises de superprodução nestes anos que se seguiram à implantação da República, com o que a política econômico-financeira federal alternou-se entre propostas inflacionárias, para favorecer as exportações do produto e ampliar o crédito aos produtores do país – como no *Encilhamento*, nos anos iniciais da República – e de deflação, para restabelecer o valor da moeda e conseguir empréstimos externos e credibilidade financeira no mercado internacional, tal como se processou a partir das medidas do presidente

Campos Salles, em 1898, até a Primeira Guerra Mundial, quando se retomou a inflação.

Nem só de café, contudo, vivia a República e, paralelamente à agricultura de exportação, desenvolvia-se a indústria nacional que, de uma certa forma, acomodava os seus interesses ao do setor agroexportador. Conforme as oscilações da política econômica e financeira, alternavam-se os surtos de crescimento industrial, com a proliferação das pequenas empresas, amparadas pelas facilidades de crédito e pela dificuldade de importar, com os períodos de aumento da produtividade, com o crescimento das grandes fábricas, dotadas de maior tecnologia e que incorporavam as menores que faliam.

A partir da Primeira Guerra Mundial, as greves recrudesceram, quando aumentou a carestia, afetando o já precário padrão de vida das classes subalternas, em uma época em que a questão social era resolvida no plano do privado – entre trabalhadores e empregadores – ou na polícia, por meio da repressão.

No pós-guerra, o Brasil não seria mais o mesmo e o ano de 1922 seria, neste sentido, emblemático para a contestação dos valores vigentes: era fundado o Partido Comunista, a mostrar que a questão social era mais que *um caso de polícia*; tinha lugar o levante dos tenentes em Copacabana, no Rio de Janeiro, e acontecia a Semana da Arte Moderna em São Paulo, a mostrar, com a sua ousadia e irreverência estética, uma possibilidade de redefinição da identidade nacional.

Nomes como os de Manuel Bandeira, Menotti Del Pichia, Anita Malfatti, Heitor Villa-Lobos, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Vitor Brecheret, Di Cavalcanti, Sérgio Milliet aí se apresentaram, em ousada demonstração de que, em termos de música, poesia, literatura, pintura e escultura, o Brasil precisava mudar, encontrando seu próprio caminho. Com a *descoberta* do popular e em diálogo com as vanguardas européias, a nação buscava resolver a tensão entre ser original e, ao mesmo tempo, estar em consonância e integração com as posturas de seu tempo.

No Rio Grande do Sul, desde o início do século XX, o governo republicano passara das mãos de Júlio de Castilhos, o *Patriarca*, para Antônio Augusto Borges de Medeiros, que se reelegeria por cinco vezes para a presidência do Estado, favorecido pelo sistema eleitoral vigente e pelas disposições da constituição gaúcha de 1891, o que permitia a reeleição do chefe do poder executivo estadual.

No plano local, o PRR dominava a política estadual na Assembléia dos Representantes, dando pouco espaço à oposição federalista nestes tempos de conso-

lidação republicana, após a derrota dos *maragatos*. Uma bancada, também coesa e disciplinada, representava o Rio Grande no Congresso Nacional, onde pontificava a figura de um outro republicano ilustre, o senador Pinheiro Machado.

Pinheiro Machado controlava a comissão chamada *verificação de poderes*, no Senado, onde se realizava a *degola* dos candidatos eleitos nos Estados para o Congresso Nacional, diplomando-se os que eram reconhecidos como *eleitos*. Diante de tais poderes, Pinheiro Machado controlava as demandas e os apoios dos pequenos Estados do nordeste, pelo que era chamado o *coronel dos coronéis*.

O Rio Grande do Sul, como grande Estado eleitor, articulava-se com o governo central através de sua coesa bancada no Congresso e em atuação conjugada com o senador gaúcho, através de um sistema que permitia que o Rio Grande fosse preservado das intervenções federais nos Estados e, ao mesmo tempo, barganhasse seus interesses junto à União. Tal *modus vivendi* durou até o assassinato do senador Pinheiro Machado em 1915, quando o Rio Grande do Sul passou a manter uma política de relativa distância frente ao poder central. O Rio Grande isolava-se dentro de seu rígido partidarismo, sob o comando de Borges de Medeiros.

O PPR realizava no Estado a sua política de realizar o progresso econômico sem alteração da ordem social. Incentivou a racionalização da produção, com vistas à colocação no mercado de produtos de qualidade, e deu apoio às iniciativas de produtores para que, associando-se, melhor defendessem seus interesses. Ou seja, o Estado atuava como um incentivador da iniciativa privada, não admitindo privilégios no atendimento a este ou aquele setor econômico, e só intervindo diretamente naqueles casos em que houvesse um definido interesse social mais amplo, como na rede dos transportes. Foi exemplo desta postura a encampação, pelo governo estadual, dos serviços da Viação Férrea e do Porto do Rio Grande, dentro de uma política do que se chamava *socialização dos serviços públicos*.

Com a Primeira Guerra Mundial, criara-se uma grande demanda para os produtos gaúchos e o Rio Grande, *celeiro do país*, aumentou as suas exportações para o mercado interno brasileiro e também para o internacional. Em especial, a entrada de empresas estrangeiras para a frigorificação da carne, foi marcante para a pecuária.

Mas, no setor social, o panorama não era de calma. Se o governo decla-

rava que, à luz dos ensinamentos de Augusto Comte, era preciso *incorporar o proletariado à sociedade moderna*, sua atuação variava conforme os interesses de cada ocasião: elevação dos salários dos trabalhadores no Estado, durante a greve geral de 1917; franco apoio aos ferroviários em greve, pois o movimento vinha ao encontro das intenções de encampação da Viação Férrea; dura repressão ao movimento grevista de 1918 e 1919, tratando a questão social como um *caso de polícia*.

Neste contexto, a cidade de Porto Alegre, capital do Estado, crescia e incorporava novas áreas a serem urbanizadas. Em 1914, foi elaborado o primeiro Plano de Melhoramentos para a cidade, de autoria de João Moreira Maciel. Foi o primeiro esboço de uma planificação da vida urbana local no qual a cidade foi vista sob o ângulo de uma totalidade ordenada. O Plano não seria executado naquele momento, durante a gestão do intendente José Montaury.

Somente nos anos 20, durante a gestão de Otávio Rocha e complementada pela de Alberto Bins, nos anos 30, é que partes das suas disposições foram levadas a efeito. Deram-se as primeiras grandes intervenções, que implicaram desapropriações e trabalhos de demolição, abertura de grandes avenidas, destruição dos becos. Porto Alegre crescia, e o maior número de automóveis nas ruas já exigia o disciplinamento do trânsito e a criação de espaços para estacionamento. O centro da cidade se povoava de cinemas, cafés e confeitarias. A *Rua da Praia* continuava a ser uma passarela da moda para as elegantes e até mesmo a noite porto-alegrense se movimentava com a presença do então famoso *Clube dos Caçadores* – o famoso *Lulu dos Caçadores* – atraindo a população masculina para os seus *shows* no *cabaret*, com castelhanas e francesas!

Nesta cidade de Porto Alegre, que declarara guerra aos becos e sonhava com os *boulevards*, entre os modelos de Paris, Rio de Janeiro e Buenos Aires, uma elite cultural escrevia nos jornais e publicava crônicas e romances. De Sousa Lobo, Mário Totta, Sebastião Leão, Paulino Azurenha, Zeferino Brasil, Alcides Maya, Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira eram seus nomes, a falar dos sentimentos de toda uma época, vista do sul. Os fotógrafos Calegari e Lunara deixaram belas imagens a representar a interpenetração entre a cidade e o campo, o passado e o progresso, a vida e as utopias da *pequena-grande* cidade que era a capital gaúcha!

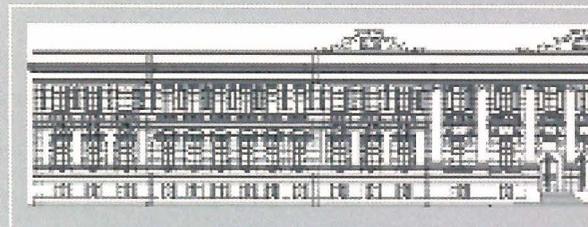
Como se viu, houve uma unidade de vista no Rio Grande do Sul quando da criação do ensino superior no Estado, mas determinados princípios de inspiração

positivista não iriam ser aceitos da mesma forma. Apoiado na Constituição republicana rio-grandense de 1891, de notória inspiração *comteana*, o governo estadual admitia a plena liberdade do exercício profissional sem necessidade de diplomação.

Contra este princípio sempre se bateu, desde o início, a Faculdade de Medicina, entendendo que sua missão era justamente a formação dos médicos e a outorga de um diploma que atestava a sua qualificação.

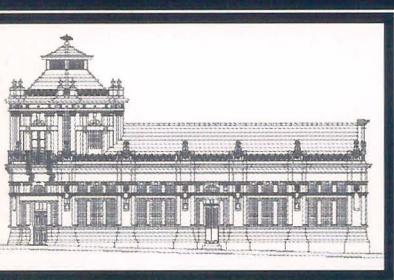
Alguns incidentes violentos marcaram a vida acadêmica da Faculdade de Medicina em seus primórdios, como o assassinato, na *Rua da Praia*, em 1901, de um ex-aluno da Farmácia pelo vice-diretor da Faculdade, Alfredo Leal, que havia sido esbofeteado pelo jovem. Em 1906, novo episódio mobilizaria a cidade, com a reprovação da tese de doutoramento do acadêmico Eduardo Soares Barcelos, que criticara o trabalho de um professor do Rio de Janeiro. Alunos rebelados e suspensos, professores que se demitiam e a solidariedade do professor Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca, com os estudantes, causaram uma grande comoção na cidade.

Após funcionar em instalações cedidas pelo governo do Estado, bem como em um edifício próprio, na então Rua da Alegria, a Faculdade de Medicina passou a ocupar o seu atual prédio da esquina da Rua Sarmiento Leite. O início das obras do prédio deu-se em 1913, trabalho interrompido entre os anos de 1914 e 1919 e que, finalmente, foi inaugurado em 31 de março de 1924.



O ensino superior no Rio Grande do Sul iria expandir-se muito durante estas primeiras décadas do século XX, com a realização de muitas e elaboradas edificações para abrigar a expansão de suas unidades.

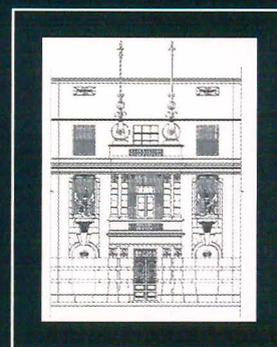
Em 1906, o projetado Liceu de Artes e Ofícios, que deveria funcionar junto à Escola de Engenharia, seria inaugurado com o nome de Instituto Técnico Profissional Benjamin Constant, em explícita evocação às matrizes positivistas da conduta político-administrativa que orientava o gover-



no rio-grandense. O futuro Instituto Parobé, nome pelo qual passou a ser chamado em 1917, complementava, assim, a proposta republicana de valorização do ensino técnico-profissional, articulando instituições de ensino superior com outras de nível médio e de formação de mão-de-obra especializada. Em especial, destinava-se a receber jovens das famílias de classes menos favorecidas que ali receberiam conhecimento para o exercício de atividades relacionadas à mecânica e outros ofícios. Em 1919, foi implantada a secção feminina, com o objetivo de formar profissionalmente as meninas pobres.

O Parobé foi a mais importante escola técnica do Estado e funcionou, entre os anos de 1908 e 1928, nos prédios hoje denominados de *Château* e *Castelinho*. O prédio do *Château*, na Praça Argentina, junto à Escola de Engenharia, teve o início da sua construção no ano de 1906. Em estilo *art nouveau*, com um torreão central e duas alas laterais, o *Château* funcionou, originalmente, como uma oficina.

Edificado entre os anos de 1906 e 1908, o chamado *Castelinho* abrigava originalmente os laboratórios e oficinas para as aulas práticas da Seção de Mecânica do Instituto Técnico Profissional. Também em estilo *art nouveau*, com decorações florais na fachada, trabalhos em ferro nas sacadas e tijolos de vidro de tipo pavê, torreão encimado por um lanternim e coroado pela escultura de um condor, o prédio do *Castelinho* se integrava, com destaque, ao conjunto dos demais prédios da Escola de Engenharia.



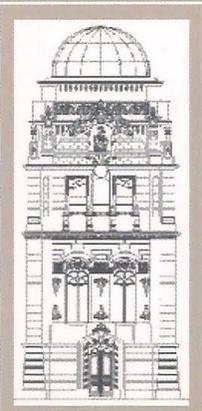
Em 7 de março de 1908, numa expansão desse processo que visava dotar o Estado de uma rede de instituições de ensino superior predominantemente técnica, a Escola de Engenharia criava o Instituto Eletrotécnico, mais tarde denominado Instituto Montaury, que se destinava a formar engenheiros mecânicos, engenheiros eletricitas e técnicos-montadores. O prédio foi construído de 1906 a 1910 e seu pórtico, que dá acesso na esquina da Avenida Osvaldo Aranha, é ladeado por duas esculturas alegóricas que representam a Mecânica e a Eletricidade.

Em 1906, surgira o Instituto Astronômico e Meteorológico e em 1908 foi inaugurado o Observatório Astronômico. Também *art nouveau*, constituindo-se no exemplo mais completo deste estilo que persiste na cidade, o prédio se compõe de uma torre de três pavimentos, fartamente decorada com motivos vegetais e florais, tendo, na fachada principal, a escultura de *Urânia*, a musa da Astronomia.

Entre 1920 e 1921, foi construído um prédio para sediar a Seção de Meteorologia do Instituto Astronômico e Meteorológico da Escola de Engenharia, no lugar onde havia o velódromo do Campo da Redenção. A edificação apre-

senta escada externa com mármore e com trabalhada grade de ferro, além de cobertura do patamar recoberta com placas de vidro. Em 1960, após reformas, este prédio viria a ser ocupado pela Rádio da Universidade, criada em 1958.

Em 1910, foi construído, na Avenida Osvaldo Aranha, o prédio que passou a sediar, em 1915, o Laboratório de Resistência de Materiais da Escola de Engenharia. Seu frontão é adornado com uma pintura que simboliza o trabalho.

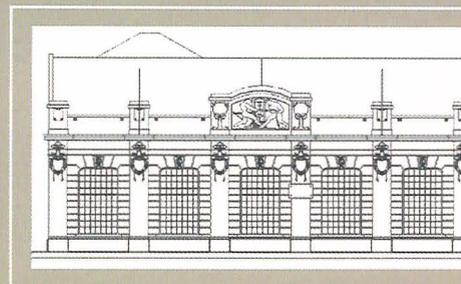


Também no ano de 1910, a Escola de Engenharia ainda criou o Instituto de Agronomia e Veterinária – mais tarde denominado Instituto Borges de Medeiros –, visando a formação de engenheiros agrônomos e médicos veterinários, assim como técnicos de nível médio em agronomia e capatazes rurais. Era mais um passo para a concretização do projeto de uma universidade centralizada no conhecimento técnico, conjugando o ensino superior com o profissionalizante de nível médio. A sede do Instituto foi construída entre os anos de 1911 e 1912, situando-se na Avenida Bento Gonçalves, no bairro da Agronomia, à época bastante afastada do centro da cidade e das outras instituições de ensino.

Em 1920, foi criado o Curso de Química Industrial, instalado no prédio do Instituto Eletrotécnico. Entre 1922 e 1924, foi construído o prédio para aquela unidade que passara a se chamar Instituto de Química Industrial. Voltado para a Avenida Luís Englert, o prédio, com três pavimentos, apresenta uma galeria aberta, protegida por um terraço sustentado por colunas toscanas. No alto do guarda-corpo do terraço estão dispostas, simetricamente, duas esculturas que simbolizam a Química. O edifício foi inaugurado em 8 de junho de 1926 com a presença do presidente Washington Luís.

Finalmente, entre 1925 e 1928, foi construído na Rua Sarmento Leite o prédio que abrigou o Instituto Parobé, belo, de aspecto monumental, com duas cúpulas em cobre. O nome da instituição era uma homenagem a João José Pereira Parobé, diretor da Escola de Engenharia.

Em 1931, a Escola de Engenharia foi reconhecida pelo Decreto Federal 20.272 de 3/8/1931 com o nome de Universidade Técnica do Rio Grande do



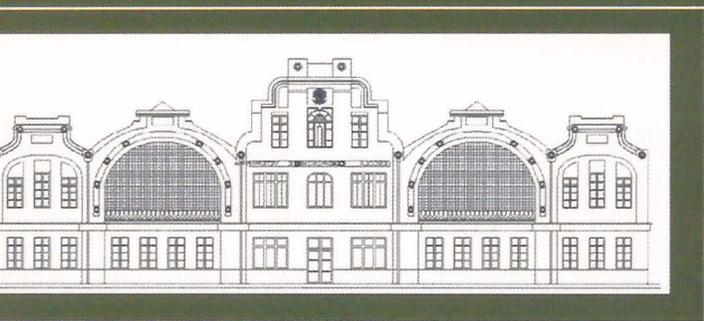
Sul. O complexo educacional compunha-se, então, de institutos voltados para os ensinos médio, técnico e superior: Instituto de Engenharia (Engenharia Civil, Estradas e Agrimensura); Instituto Montaury (Engenharia Mecânica e Elétrica); Instituto Borges de Medeiros (Agronomia e Veterinária); Instituto Experimental de Agricultura (Pesquisa Agrícola); Instituto Coussirat Araújo (Astronomia, Física e Meteorologia); Instituto Parobé (operários); Química Industrial; Instituto Ginásial Júlio de Castilhos; Instituto Pinheiro Machado (operários rurais) e Educação Doméstica e Rural (ensino feminino).

A Escola de Engenharia era afetada também pelo preceito constitucional do não reconhecimento do privilégio do diploma, mas tal questão não implicou em um enfrentamento com o governo estadual, tal como ocorreu com a Faculdade de Medicina.

Quanto à Faculdade de Direito, cabe destacar a atuação política de seus estudantes, em especial, a chamada *geração de 1907*, da qual fazia parte Getúlio Vargas, responsável pela formação do Bloco Acadêmico Casti-



lhista, que deu seu apoio à candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves, candidato do governo e identificado com a linha de Borges de Medeiros. Neste momento, por motivos de saúde, Borges retirou-se do governo para permanecer somente como chefe político do PRR, indicando o nome de Carlos Barbosa Gonçalves para sucedê-lo, em eleição disputada que teve como opositor Fernando Abbot, derrotado nas urnas. Em 1913, Borges de Medeiros retornava ao governo do Rio Grande, na seqüência de seu longo governo.



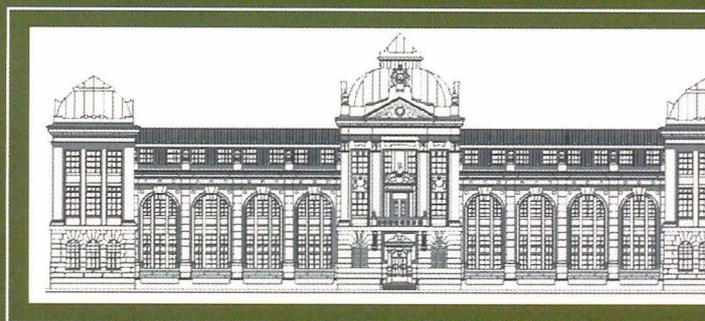
Da famosa *geração de 1907*, muitos colegas de turma de Getúlio Vargas iriam destacar-se no cenário rio-grandense, como Firmino Paim Filho, Francisco Rodolpho Simch, Oswaldo Vergara, assim como João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, também egressos da Faculdade de Direito.

Em 1908, teve início a construção do atual prédio da Faculdade. Obra do escritório de engenharia de Rudolf Ahrons e tendo como autor do projeto o arquiteto Hermann Otto Manchen, o prédio evocava, simbolicamente, a natureza do regime republicano no sul, de conteúdo eminentemente autoritário. A construção inspirava-se no palácio do Imperador Guilherme II, da Alemanha. O imponente edifício, cercado de jardins, foi erguido em um terreno doado pela municipalidade, no campo da Redenção, sendo inaugurado, em 15 de julho de 1910, pelo então diretor Manoel André da Rocha.

Em 1909, a Faculdade Livre de Direito criara a Escola de Comércio de Porto Alegre, que passara a funcionar anexa.

A Faculdade de Direito manteve com o poder federal algumas querelas em função de preservar a sua autonomia e liberdade acadêmica. Enquanto o senador gaúcho Pinheiro Machado pontificara no cenário nacional, o Rio Grande do

Sul se mantivera dentro dos seus princípios, explicitados na carta de 1891. Com o assassinato de Pinheiro Machado, em 1915, a tentativa de ingerência do poder federal na Faculdade gaúcha acabou com a submissão da Congregação desta instituição, em 1917, às diretrizes da União, cedendo espaço à reforma dos estatutos para adequação às normas vigentes. Isto implicou na introdução do exame vestibular, reorganização do corpo docente e inadmissão de alunos ouvintes.



Em 1926, um curioso incidente marcou uma disputa entre os alunos e o diretor da faculdade, professor Manoel André da Rocha, a respeito da obrigatoriedade da presença discente em aula: os estudantes roubaram as cadernetas para impedir o controle de faltas...

Paralelamente a este conjunto central de ensino superior no Rio Grande do Sul — médico, técnico e jurídico —, em 1908, havia sido criado o Instituto Livre de Belas Artes. Dessa forma, no findar dos anos 20, a cidade de Porto Alegre – e com ela o Estado – já possuía um complexo de estabelecimentos de ensino superior significativo para a época.

Orgulho do Rio Grande, a Universidade teria um momento emblemático: em 1928, Getúlio Vargas tomava posse como presidente do Estado, no requintado salão nobre da Faculdade de Medicina. Sua ascensão ao poder, na sucessão de Borges de Medeiros, marcou a união das oposições no Estado, com a formação da Frente Única Gaúcha entre o PRR e o Partido Libertador. O Rio Grande unido preparava-se para a conquista do Catete, articulando-se com Minas Gerais e a Paraíba na composição da Aliança Liberal. Sob o apelo do brado emblemático – *Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico!* – os gaúchos

davam apoio à chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para a presidência do Brasil. Derrotados nas urnas e alegando fraude nas eleições não-secretas, foram às armas na Revolução de 30, colocando Getúlio Vargas no poder.

Começavam os anos 30, que se caracterizariam por uma série de transformações marcantes. À quebra da Bolsa de Nova Iorque, seguira-se a Grande Depressão mundial, com recuo dos empréstimos internacionais, perturbação no comércio, desemprego, movimentos sociais urbanos.



O panorama internacional era marcado, por um lado, pelo rápido desenvolvimento econômico da Rússia sob o regime comunista. Na sucessão de Lênin, Trotsky fora banido e Stalin ascendera ao poder. Por outro lado, a Europa assistia a ascensão do fascismo na Itália sob a liderança de Mussolini e a consolidação do salazarismo em Portugal, enquanto os nazistas se fortaleciam com Adolf Hitler na Alemanha e as forças de Franco venciam a Guerra Civil Espanhola. A Guerra Civil Espanhola foi uma espécie de *trailer* para a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, quando Hitler invadiu a Polônia, dando início a um conflito que se generalizou em termos internacionais e que faria recurso de meios bélicos e de destruição até então nunca experimentados.

Politicamente, na década que se seguiu à Grande Depressão e durante a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, os regimes totalitários da Europa disputavam com os Estados Unidos da América o controle econômico da Améri-

ca Latina e o seu alinhamento político frente às questões mundiais. Reerguendo-se da crise, o democrata Franklin Delano Roosevelt vence as eleições para a presidência dos Estados Unidos da América, estabelecendo o *New Deal* e inaugurando uma *política de boa vizinhança* com a América Latina. Desta forma, buscou consolidar seu domínio nestes mercados e aumentar sua influência nestes governos, com base na defesa da democracia. Tinha, para auxiliá-lo, a poderosa máquina da indústria cinematográfica de Hollywood, que exportava para a



América Latina e para o mundo o *american way of life*, ao mesmo tempo em que os produtos da indústria norte-americana mostravam as novidades crescentes que facilitavam a vida cotidiana. No cinema, a grande diversão das massas, Marlene Dietrich seduzia em *O Anjo Azul*, *King Kong* assombrava o mundo com suas proezas junto ao *Empire State Building* de Nova Iorque, *Branca de Neve e os sete anões*, desenho animado de Walt Disney, dava nascimento a um clássico do cinema infantil e a menina Shirley Temple era já uma *star* milionária!

Esses foram anos que marcaram a época dourada do rádio e foi por este meio de comunicação popular que, em 1938, Orson Welles aterrorizou os ouvintes norte-americanos quando anunciou uma invasão de marcianos: tratava-se apenas da dramatização do clássico livro de ficção científica *Guerra dos mundos*, de H.G. Wells. Na pintura, Pablo Picasso com *Guernica*, expressava o horror das ar-

mas pesadas de destruição, expondo o drama de uma pequena cidade espanhola bombardeada em 1937 por ocasião da Guerra Civil Espanhola, por aviões alemães a serviço das forças de Franco. Na ciência, mas voltado para a paz, Albert Einstein revolucionava o conhecimento sobre o universo com a sua teoria da relatividade.

Na América Latina, Paraguai e Bolívia entravam em guerra pela zona do Chaco, deixando uma seqüela impressionante em número de mortos. No México, Lázaro Cárdenas, governante do país de 1934 a 1940, retomou os ideais zapatistas da Revolução Mexicana, redistribuindo terras para os camponeses, nacionalizando as ferrovias estrangeiras e expropriando as grandes companhias, inglesas e norte-americanas, que exploravam o petróleo. Os ideais de uma independência econômica frente aos imperialismos levaram Cárdenas a se tornar uma espécie de símbolo do *slogan*: *O México para os Mexicanos*. O México dos anos 30 ficaria ainda registrado como o da explosão da arte muralista de Siqueiros e Diego Rivera, tal como da obra simbólica e vibrante de Frida Kahlo.

Desde a América do Sul, o Brasil experimentava também uma renovação, redefinindo seu perfil e identidade. Intelectuais respondiam, propondo reinterpretções para o país. Para Caio Prado Júnior, uma interpretação marxista da história nacional desnudava o processo de dominação e acumulação imposto ao Brasil pelas classes dominantes. Para Gilberto Freyre, a mestiçagem presente na colonização criada pelo português nos trópicos era um elemento de positividade para a identidade nacional e possibilitara formas *sui generis* de interação social e cultural para a formação histórica brasileira. Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o país precisava liquidar as heranças do passado, instaurar a primazia da ordem pública sobre os interesses privados para que vingasse a cidadania e a democracia nacionais.

Se, na literatura, o drama do nordeste era narrado por Graciliano Ramos e José Lins do Rego, Jorge Amado desvelava a Bahia com *Jubiabá* e Monteiro Lobato falava do interior caipira, criando o seu famoso personagem *Jeca Tatu*. O regionalismo se impunha, revelando os *brasis* contidos no Brasil. Nas artes, Emiliano Di Cavalcanti pintava o povo brasileiro, dos trágicos retirantes da seca às sensuais mulatas da cidade. E o Brasil entrava na onda do cinema falado com o filme *Coisas nossas*, com Procópio Ferreira e Francisco Alves, enquanto o maestro Villa-Lobos assombrava na música.

O Brasil embalava seus sonhos também através do rádio, que lançava cantores e compositores: Sílvio Caldas, Francisco Alves, Lamartine Babo, Noel Rosa, Dalva de Oliveira, Ataulfo Alves, Pixinguinha, Araci de Almeida, popularizando o samba e dando a marca de uma certa forma de *sentir* o Brasil. Carmem Miranda, a *Pequena Notável*, desde o rádio, conquistara o estrangeiro, cantando *Táí (eu fiz tudo pra você gostar de mim...)*, e *O que é que a baiana tem?*

Mas havia mais: programas de calouros, programas humorísticos e novelas ganhavam espaço nas transmissões, conquistando o público. Além do samba, o Brasil encontrava sua marca registrada no carnaval, de rua com o desfile das escolas e dos carros ou de salão, nos clubes das cidades. Festa popular e irreverente, o governo Vargas tentou discipliná-lo, moralizando o apelo à malandragem e buscando ordenar os temas de samba-enredo das escolas. Havia, ainda, o futebol, espetáculo de massa, enchendo os estádios nas tardes de domingo, transmitido pelas rádios por locutores com impressionante rapidez verbal! Em 1930, realizava-se a primeira Copa do Mundo, ganha pelo Uruguai.

No Rio de Janeiro, em 1931, a inauguração do Cristo Redentor – desde o Corcovado, a abençoar a cidade – parecia antecipar a expressão que se tornaria famosa com a marcha de André Filho, de 1934: *cidade maravilhosa...* No nordeste, os anos 30 foram do apogeu do cangaço. As personagens de Lampião, Maria Bonita e Corisco tornaram-se lendárias, a errar pela catinga, em bando, desafiando as autoridades.

Mas a nação viveria, também, momentos de instabilidade política e agitação social nesses anos 30. Do Governo Provisório de 30 ao Governo Constitucional de 1935, o país experimentou oscilações entre fechamento e abertura política. Radicalismos ideológicos e movimentos sociais denunciavam mobilizações – à esquerda, a Aliança Nacional Libertadora e a Intentona Comunista; à direita, a Ação Integralista –, sinalizando o desgaste da liberal democracia. Isto diziam os jornais e os políticos, a especular que algo estava para acontecer, o que efetivamente sucedeu em 1937, quando Vargas, com o apoio dos militares, fechou o Congresso e instalou a ditadura. Começava o Estado Novo, com inclinações pró-fascistas, no qual um Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) instalou a censura de imprensa.

É neste momento que, sob o governo de Getúlio Vargas, a industrialização brasileira expandiu a sua capacidade produtiva, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e a Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Tal pro-

cesso deu-se, em parte, pelo desenvolvimento industrial prévio que se desenvolvia desde o final do século XIX, na esteira da acumulação de capital proporcionada pelo setor agrário, fosse ele de exportação, como o café, ou voltado para o mercado interno, como no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, a instalação de uma indústria de base – meta da América Latina para um desenvolvimento auto-sustentado, que fariam o parque industrial dar um salto de qualidade – se apresentava como uma empreitada que demandava capital e tecnologia.

Ora, naquele momento da guerra, um país como o Brasil apresentava um particular poder de barganha entre as potências em conflito. E, mesmo que, politicamente, tendesse a se alinhar com as potências do Eixo, foi com os Estados Unidos de Roosevelt que o governo Vargas estabeleceu um acordo. Autorizando que se instalassem no nordeste bases aéreas americanas, que permitiram a invasão aérea do norte da África, o Brasil conseguiu empréstimo e tecnologia necessárias para a implantação de sua indústria de base. Como ajuste final, alinhava-se junto aos Estados Unidos na defesa da democracia, o que, entre outros fatores, motivou a redemocratização do país.

Em um Brasil ajustado à terra de *Tio Sam*, Carmem Miranda e o *Bando da Lua* eram exportados para os *States*, enquanto o país importava produtos da indústria americana e saudava a entrada do Pato Donald, de Mickey Mouse, do brasileiríssimo Zé Carioca, personagem criado por Walt Disney. E começava a beber Coca-Cola.

Mas o que deve ser assinalado, nestas décadas de 30 e 40, é a importância da reestruturação do ensino no país, a partir da criação do Ministério da Educação, na seqüência da Revolução de 1930. Seu primeiro titular, Francisco Campos, foi o responsável pelo Decreto 19.851, que reorganizava os estabelecimentos de ensino superior. Estava em marcha um projeto de centralização política e administrativa e de racionalização e modernização econômica e social do país.

Nesse contexto, a era Vargas teria na educação um dos pontos fundamentais para a realização de tal projeto. A implantação da ditadura, a partir de 1937, encaminharia mais facilmente as adaptações e ajustes necessários. Mesmo que as universidades não fossem federalizadas, o que só ocorreria mais tarde, a estrutura do ensino superior se atrelava ao executivo central, tornando-se uma das forças básicas da realização de um projeto mais amplo. A autonomia didática e administrativa findara diante de uma normatização geral num país que se modernizava.

Neste contexto mundial e nacional, no Rio Grande do Sul, o governo do Estado foi ocupado por José Antônio Flores da Cunha, interventor de 1930 a 1934 e governador eleito de 1935 a 1937. Durante a sua passagem pelo governo gaúcho, Flores da Cunha criou a Secretaria de Educação e Cultura, o Instituto de Educação e, em 28 de novembro de 1934, pelo Decreto 5.758, a Universidade de Porto Alegre (UPA).

A Universidade de Porto Alegre passou a funcionar no prédio da Faculdade de Direito, sendo nomeado, em 3 de dezembro de 1934, para seu primeiro reitor, através do Decreto 5.765, o professor Manoel André da Rocha, que assumiu o cargo em 1935.

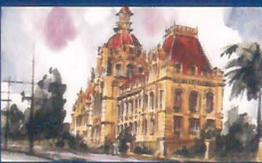
Complemento natural de um processo de expansão e modernização do ensino superior, a criação de uma universidade respondia a uma demanda social. Desde 1932, havia sido criado no sul o Partido Universitário, cujo objetivo era a criação de uma instituição universitária gaúcha.

A Universidade de Porto Alegre (UPA) era formada pela integração da Universidade Técnica, com suas Escolas de Engenharia, Agronomia e Veterinária, da Faculdade de Medicina, com suas Escolas de Odontologia e Farmácia, da Faculdade Livre de Direito, com sua Escola de Comércio, o Instituto de Belas Artes e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada pelo Decreto 6.194 de 30 de março de 1936 e constituída dos cursos de Matemática, Ciências Físicas, Ciências Química, História Natural, Filosofia, Filologia, Educação, Geografia e História.

Em 16 de abril de 1936 foi criado o Conselho Universitário, que, em 30 de maio do mesmo ano realizou a sua primeira reunião, instalando solenemente a Universidade de Porto Alegre. Em 24 de setembro de 1937, o Decreto 6.753 criava o Colégio Universitário. Já em 1940, o Decreto Federal 6.627 havia declarado a UPA estadual e equiparada às suas congêneres federais.

Findava o período das instituições autônomas de ensino, com as faculdades e institutos mantendo-se com rendas próprias, doações e subvenções, e as unidades isoladas passavam a constituir um complexo articulado.

Exceção feita à Faculdade de Medicina que, em 1931, se transformara em instituição federal, os demais estabelecimentos de ensino superior, até esse momento tinham permanecido na sua condição privada original e vivenciavam uma crise financeira. Na anterior década de 20, esta se tornara grave e os recursos haviam-se tornado insuficientes para fazer frente às necessárias reformas didático-administrativas.



Ao mesmo tempo, desenvolvia-se uma intensa luta, apoiada por professores, alunos e profissionais liberais de diferentes tendências ideológicas, reivindicando, entre outras coisas, a reforma e a gratuidade do ensino. Os tempos eram de debate sobre a obtenção da eficiência e da racionalização técnica, discussões estas que se realizavam em meio ao processo de fechamento político que implantara o Estado Novo.



Mas o Estado Novo, período da ditadura de Vargas, começou mais cedo no Rio Grande do Sul, onde se revelava o poder crescente do governador Flores da Cunha. Durante seu governo, Flores da Cunha afastou-se das velhas lideranças partidárias regionais (Borges de Medeiros no PRR e Assis Brasil no Partido Libertador) para fundar o Partido Republicano Liberal (PRL). Com o apoio dos grandes capitais e dos prefeitos municipais, Flores da Cunha conduziu, desde o PRL, uma estratégia de reaproximação com os demais partidos, repetindo a proeza de Vargas em 1928 de unir politicamente as oposições no Rio Grande. Flores da Cunha tornou-se um obstáculo a ser transposto diante do projeto de fechamento político em marcha levado a efeito em escala nacional. Diante das manobras de Getúlio Vargas para cindir o PRL e conseguir o *impeachment* do governador gaúcho, complementada pela federalização da Brigada Militar, Flores da Cunha renunciou e exilou-se no Uruguai em 19 de outubro de 1937. Foi nomeado para interventor no Rio Grande o General Manoel da Cerqueira Daltro Filho.

Em meio aos acontecimentos que se seguiram, dias antes da implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o reitor Manoel André da Rocha renunciou em 3 de novembro, transmitindo o cargo ao vice-reitor José Valentim do Monte. Em 26 de novembro de 1937, foi nomeado para o cargo de reitor da Universidade o professor Aurélio Py, catedrático da Faculdade de Medicina.

Em 26 de fevereiro de 1938, o Decreto-lei 305 regulava a situação administrativa das instituições de ensino superior da República, dentro deste processo mais amplo de reformulação do ensino superior.

Em 29 de maio de 1939, foi nomeado reitor o professor Ary de Abreu Lima, que anteriormente exercera o cargo de diretor da Escola de Engenharia. Em colaboração com o arquiteto Arnaldo Gladosh e engenheiros da Prefeitura Municipal, a Reitoria realizou estudos para a localização da Cidade Universitária em uma área de aproximadamente 400 hectares entre as avenidas Bento Gonçalves e Protásio Alves, distante 5km do centro da cidade. Previa-se, com isso, a expansão da sua área física e a construção de novos prédios.

Em 18 de abril de 1941 morreu, vítima de um acidente aéreo, o reitor Ary de Abreu Lima, sendo substituído, interinamente, pelo professor Martin Gomes. Foi, então, nomeado para o cargo de reitor o professor Edgar Luís Schneider, que cumpriu o mandato até 22 de setembro de 1943, quando o cargo de reitor passou para o professor Antonio Saint Pastous de Freitas.

Foi durante essa gestão que se realizaram novos entendimentos com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para a execução do plano de edificações e ampliação dos prédios da Universidade, projeto integrado ao plano de expansão do ensino superior no Estado. A chamada *Comissão da Cidade Universitária* apresentou o estudo do urbanista Edvaldo Pereira Paiva, da Prefeitura.

O projeto de expansão do complexo de ensino superior era ambicioso e graças a créditos especiais abertos à Universidade em 1943 – já nos tempos do Estado Novo –, foi possível iniciar a ampliação de sua área física. Neste ano de 1943, o então interventor, Cordeiro de Farias, aprovou a supressão, no Orçamento do Estado, da receita de taxas e emolumentos dos estabelecimentos de ensino.

No campo da Medicina, a proposta foi criar um Hospital de Clínicas para a cidade, cuja pedra fundamental foi lançada neste mesmo ano. As obras, contudo, só tiveram o seu início alguns anos depois, em 1947.

Com a criação da UPA, desenvolveu-se o complexo da Universidade Técnica: o Ginásio Júlio de Castilhos desvinculou-se da Universidade e passou para a esfera do governo estadual, assim como o Instituto Parobé. Da mesma forma, desmembrou-se da Engenharia o Instituto Borges de Medeiros, ficando diretamente integrado a UPA como Escola de Agronomia e Veterinária. Em setembro de 1944, é criado o curso superior de Arquitetura, ligado ao Instituto de Artes e, em setembro de 1945, é aprovada a criação de outro curso, ligado a Escola de Engenharia, para a formação de engenheiros-arquitetos

Em 1939, pelo Decreto Federal 1.212, passara a ser exigida formação profissional específica para professor de educação física, técnico desportivo e médico especializado educação física e desportos. Começando a funcionar em 1940 como instituição estadual, a Escola de Educação Física foi, mais tarde, integrada à UFRGS pelo Decreto Federal 997 de 21 de outubro de 1969.

Em 1942, a Faculdade de Educação passou a chamar-se Faculdade de Filosofia, instalando-se definitivamente com o funcionamento dos cursos de Matemática, Física e História Natural. Em 1943, foram instalados os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia e Didática. Neste mesmo ano, em 12 de abril, era dada a aula inaugural da Faculdade de Filosofia, ministrada pelo professor Oscar Machado, diretor do Instituto Porto Alegre (IPA) e professor da Universidade, sob o tema *Aspectos psicológicos e filosóficos na interpretação da História*.

Em 7 de junho de 1944, o reitor Saint Pastous renunciou, sendo nomeado para substituí-lo, em 15 de junho de 1944, o professor Egydio Hervé, que se manteve no cargo até 7 de dezembro de 1945, quando também renunciou.

Foi durante o mandato do professor Egydio Hervé que, pelo Decreto-lei 736, de 30 de dezembro de 1944, a Universidade e seus institutos passaram a gozar de ampla autonomia administrativa, com a aplicação integral de seus estatutos e na gerência de seu orçamento. No ano seguinte, o Decreto-lei 772, de 24/4/1945 e o Decreto-lei 1.591, de 19/6/1945 abriram créditos para a aquisição de 287 hectares, incorporados ao patrimônio da Universidade, para os trabalhos de ampliação da Escola de Agronomia e Veterinária.

Ao mesmo tempo, mais cursos eram criados, como o de Engenharia de Minas, enquanto, pelo Decreto-lei 789 de 11/5/1945, o Curso Superior de Administração e Finanças da Escola Superior do Comércio era transformado em

Faculdade de Economia e Administração.

Ainda ao findar o ano de 1945, o Instituto de Belas Artes, que fora desanexado da Universidade por não ter reconhecimento federal, foi reincorporado, pelo Decreto-lei 976 de 4/12/1945, passando a gozar da nova situação a partir de 1/1/1946.

Mas que Rio Grande era esse, que Porto Alegre era essa, que abrigava uma universidade em processo crescente de expansão, ao longo das décadas de 30 e 40?

A Revolução de 30 havia dado uma projeção da imagem do Rio Grande no Brasil. Um gaúcho, Getúlio Vargas, ocupava a presidência do país e, no plano local, o governo de José Antonio Flores da Cunha – interventor de 30 a 35 e governador de 35 a 37 – procurou demonstrar a pujança da economia estadual e a importância da política gaúcha para o país.

Em 1935, Porto Alegre fora preparada para comemorar, em grande gala, com uma destacada exposição, o centenário do maior acontecimento da história rio-grandense: a Revolução Farroupilha. Porto Alegre estava muito mudada e, para abrigar o grande evento, o campo da Redenção foi totalmente remodelado. A construção de um pórtico monumental e de pavilhões para todos os Estados expositores, bem como de um fascinante cassino correspondiam às expectativas de receber um grande público e também as nações estrangeiras. A população, maravilhada, acorreu em massa. O agora nomeado Parque Farroupilha apresentava-se ajardinado e ladeado por modernas avenidas.

Foram momentos de euforia e progresso que os festejos do centenário de 35 reforçaram. Na memória dos mais velhos, ainda por muito tempo, ficariam na lembrança os *bons tempos do Cassino Farroupilha*, com suas atrações de *shows* internacionais e animada pista de dança. Inclusive, foi durante este evento inaugurada a primeira churrascaria. Tratava-se de um restaurante, aberto aos visitantes da exposição, para degustação da comida mais tradicional do Rio Grande, mas que, até então, não era servida em circuito comercial. O agrado do público foi tão grande que, findo o evento, a iniciativa foi retomada por particulares, que abriram outras churrascarias na cidade.

O *Plano Geral de Melhoramentos Urbanos* de Moreira Maciel, apresentado em 1914, ainda na gestão municipal de José Montaury, só começara a ser posto em prática, e mesmo assim parcialmente, na administração Otávio Rocha, a partir de 1924. Entretanto, foi só sob o governo municipal de Alberto Bins, já na década de 30, que Porto

Alegre apresentou, realmente, um visual remodelado. Quarteirões insalubres haviam cedido espaço a belos logradouros públicos, com modificações radicais no espaço urbano. Parecia aos gaúchos que, finalmente, os preceitos da higiene, técnica e estética haviam dado as mãos. A destruição dos becos produzia uma sensação de desafogo: os arautos do progresso anunciavam que, com isso, ruía a velha cidade, os ranços de um passado incômodo, focos de promiscuidade, de doença e de vícios. Porto Alegre era já um centro industrial de porte, e na Rua Voluntários da Pátria, em direção a Navegantes, ou no Bairro Floresta, as chaminés das fábricas e os grandes armazéns estavam a atestar o que, para os porto-alegrenses e gaúchos, dava a sensação de viverem numa metrópole.



No centro da cidade, encontrava-se em fase final de realização a grandiosa obra de abertura da Avenida Borges de Medeiros, ladeada por arranha-céus e sobremontada por um viaduto. Parecia que a modernidade realmente chegara e que Porto Alegre era uma verdadeira metrópole. O cinema desbancara o teatro, e os cafés, já concorridos na década de 20, animaram-se nas novas décadas de 30 e de 40. Cafés e confeitarias, os cinemas e o *footing* na *Rua da Praia*, a foto “posada” “casualmente” em frente à Galeria Chaves Barcellos eram pontos de referência para as sociabilidades urbanas de então. À noite, no centro da cidade, o brilho das vitrinas iluminadas, exibindo seus produtos em um festival de luzes e cores e o movimento de sua *cinelândia* mostravam os novos hábitos urbanos da população. A cidade já contava com a sua primeira agência de propaganda, cujo nome era emblemático: *Star!* E, como para apontar que o mundo realmente mudara, nos céus de Porto Alegre, em 1934, cruzava o fantástico Zeppelin!

Uma cidade que se queria e se sentia metrópole, dotada agora dos ícones da modernidade urbana: avenidas largas, ruas calçadas, iluminação, edifícios, parques e até um viaduto. Os elegantes da cidade freqüentavam as festas do Clube do Comércio e iam a animados bailes de carnaval de salão. Na década de 40, a *era do rádio* se implantara na cidade. Se o governo dele se valia para veicular a imagem desejada, os *programas de auditório* arrastavam um público imenso para um lazer de massa para a época.

Novos escritores surgiam, a trazer um romance urbano para o público leitor: Érico Veríssimo, Dyonélio Machado, Reynaldo Moura falavam de uma



cidade que crescia, com suas glórias e misérias. Mario Quintana, na poesia, cantava a cidade que escolheu como sua. A beleza da mulher gaúcha atingia fama mundial: Iolanda Pereira, *Miss Rio Grande do Sul*, passava a *Miss Brasil*, para atingir o *status* de *Miss Universo*.

Mas, se o centro da cidade se verticalizava e se embelezava, muitos pobres, expulsos do centro urbano, se aglomeravam em vilas populares, concentrando a miséria urbana nas áreas periféricas que circundavam a cidade. Como um entrave em meio à cidade que se modernizava, a Ilhota, zona alagadiça à beira do Arroio Dilúvio, se constituía em uma área de pobreza dentro do perímetro urbano. Foi na grande enchente de 1941 que se acentuou o problema dos menos favorecidos. As águas subiram, invadiram o centro da cidade, transbordaram o Arroio Dilúvio, atingiram desde o Guaíba os bairros de Navegantes e São João. A cidade apresentava um estado de calamidade pública.

Para estes desfavorecidos da *urbs*, a cidade era outra: divertiam-se em carnavais de rua, botequins, bares, sociedades populares ou nas tradicionais rinhãs de galo no fundo dos quintais. Uma boemia bem diferente daquela dos clubes e restaurantes onde circulavam as elites. A construção civil e as obras públicas engajavam a população masculina não-qualificada como pedreiros, e as mulheres compunham o contingente de empregadas domésticas.

Mas o otimismo e a confiança, patrocinados pelo governo, não excluía uma progressiva defasagem da economia gaúcha como um todo diante dos novos padrões de acumulação que tiveram lugar a partir dos anos 30, nucleados no bloco industrial do centro-sul do país. O Rio Grande iria, progressivamente, perder espaço nos rumos da industrialização nas décadas que se seguiriam.

Da mesma forma que no Brasil, a agitação política e a radicalização em grupos de extrema-esquerda e extrema-direita que precederam à instalação do Estado Novo haviam marcado sua presença na capital gaúcha. Os *camisas-verdes*, integralistas, ocupavam o espaço das ruas, em comícios e manifestações, e postulavam um *Brasil integral*, mas diferente daquele instalado pela Revolução de 30.

Igualmente, os benefícios da legislação trabalhista, a princípio saudados pelos operários, revelaram facetas pouco animadoras, demonstrando que a intervenção do governo em matéria social correspondia, sobretudo, aos interesses do capital. Greves explodiram, o que completava o contorno de uma cidade onde coexistia um lado “festa” com um lado marcado pela contestação.

Com a decretação do Estado Novo, o regime endureceu com relação às manifestações sociais, coibindo o protesto, prendendo os manifestantes e os suspeitos de serem comunistas ou *simpatizantes* da esquerda. Intelectuais gaúchos foram presos, acusados de comunistas, como o escritor Dyonélio Machado. Por outro, acentuava-se a prática dos desfiles militares e da mocidade das escolas, onde se ensinava aos estudantes a grandeza do *Brasil Novo*. O Instituto de Educação primava em fazer desfilar suas normalistas pelas avenidas da cidade, na Semana da Pátria.

O rebenotar da Segunda Guerra Mundial implicara manifestações acaloradas. Tendências pró-Eixo davam margem a denúncias de nazismo no Rio Grande, acusação esta que recaía sobre as pessoas de origem alemã.

Os estudantes da Universidade eram implacáveis com as figuras da política internacional nos seus desfiles de calouros: as tradicionais “paradas dos

bixos”, que iriam continuar nas décadas seguintes, ironizavam a política, os costumes, as personalidades.

Do interior da instituição de ensino superior, a campanha pela redemocratização do país ganhou corpo, a partir da entrada do Brasil na Guerra. Com a redemocratização do país, em 1945, e a formação de novos partidos políticos, uma nova fase aguardaria a Universidade de Porto Alegre.

O mundo do pós-guerra seria bem diferente. O ano de 1945 se iniciara com a conferência de Yalta, entre Roosevelt, Stalin e Churchill, prosseguindo com a derrota das potências do Eixo, a rendição da Alemanha nazista, a tomada de Berlim, a criação da ONU e o lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, que implicou na derrota e rendição do Japão.

A realidade internacional do pós-45 apresentava um mundo dividido entre os dois blocos, capitalista e socialista, capitaneado pelos vencedores do conflito internacional: os Estados Unidos e a URSS. Enquanto a União Soviética de Stalin se impunha junto aos povos incorporados como “repúblicas socialistas” da União Soviética, os Estados Unidos, agora sob a presidência de Truman, lançavam o Plano Marshall para reconstrução da Europa e para a contenção do socialismo no mundo. Com a Doutrina Truman, se confirmava a intervenção americana no plano internacional e tinha início a *Guerra Fria*.

O primeiro *round* deu-se em torno de Berlim, entre os interesses russos e americanos. Ante o avanço soviético na Europa, os países capitalistas reagiram com a formação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), importante aliança militar.

O panorama político mundial desdobrava-se em alterações, sob os auspícios da ONU: em 1947, a Índia e o Paquistão realizavam a sua independência; a Palestina era desfeita para, em 1948, ser criado o Estado de Israel. Em 1949, surgia a República Popular da China sob a liderança de Mao Tse-Tung e, nos anos 50, se seguiriam conflitos entre judeus e árabes no Oriente Médio, enquanto os soviéticos interviam na Hungria sublevada contra o regime comunista.

Mesmo que agora todos desejassem a paz, e a ONU tivesse sido criada justamente para garantir a harmonia entre as nações e mediar as questões internacionais, no final do ano de 1946 tinha início a Guerra da Indochina, no Oriente, em 1950 começava a Guerra da Coreia e em 1954 a Guerra da Argélia. O poder bélico se expandia pois, desde 1949, os soviéticos anunciavam dominar a ener-

gia atômica, enquanto que os americanos em 1952 explodiam a bomba H, para, no ano seguinte, ser a vez da Rússia. E, em 1964, explodiria a primeira bomba atômica chinesa.

Na condução de um mundo bipolarizado, os anos 50 apontavam para novos líderes políticos: Eisenhower na presidência dos EUA e Nikita Krushev na URSS.

À disputa pela liderança política e econômica do mundo, seguia-se a corrida espacial entre os blocos: em 1957, os soviéticos lançavam o seu primeiro satélite, o *Sputinik*.

Nos anos 60, a figura carismática do democrata John Kennedy dava continuidade à política externa norte-americana de serem o *fiel da balança* da democracia no chamado *mundo livre*. A América Latina preocupava os Estados Unidos desde 1959, quando a Revolução Cubana fizera Fidel Castro chegar ao poder com seus guerrilheiros de *Sierra Maestra*. Era preciso, pois, estar atento com a América Latina e mesmo sustentar programas de desenvolvimento, sob a tutela americana e garantindo, assim, uma barreira contra o avanço do comunismo. Em 1961, Kennedy lançava a *Aliança para o Progresso*. No mesmo ano, fracassou uma invasão anticomunista da ilha, na Baía dos Porcos.

Com relação a URSS, desde 1958 a China romperá com o comunismo soviético e, em 1960, era a vez da Albânia afastar-se dos rumos do comunismo de Moscou.

No ano de 1961, o mundo iria assistir ao erguimento de muro que se tornaria célebre, dividindo uma cidade: o emblemático Muro de Berlim, que só seria derrubado no fim do ano de 1989.

Em 1963, o assassinato de John Kennedy abalaria o cenário internacional, levando Lyndon Johnson a assumir o poder nos Estados Unidos. No ano seguinte, na URSS, Krushev seria destituído, sendo substituído por Brejnev.

Os *hippies* falavam de *paz*, e pediam ao mundo *faça amor, não faça a guerra*. E o mundo teimava em desobedecer o lema pacifista.

Na Ásia, se iniciara a Guerra do Vietnã em 1964, em 1967 o conflito árabe israelense explodia na Guerra dos Seis Dias e, na Tchecoslováquia, à Primavera de Praga de 1968, seguia-se a intervenção no país do Pacto de Varsóvia. E os milhares que morriam de fome, em Biafra, figuravam em primeira página na imprensa internacional.

O ano de 68 seria marcado por rebeliões estudantis no mundo, que tiveram seu epicentro em Paris. Maio de 68 levou às ruas os jovens da capital francesa, sob palavras de ordem poéticas, arrojadas e provocativas: *eu tomo os meus desejos pela realidade porque eu creio na realidade dos meus desejos; sejamos dignos de nossos sonhos; é proibido proibir; seja realista, peça o impossível*. Velhas estruturas de ensinos, velhas formas políticas de conduzir os governos, a intolerância das gerações mais antigas às mudanças desejadas pelas novas gerações marcou o fim da década.

Nos anos 70, a liga dos produtores de petróleo – OPEP – fez o mundo repensar suas fontes de combustível, pois a elevação dos preços do produto veio acrescentar um novo elemento de tensão no plano internacional. As guerras continuavam: a do Yom Kippur no Oriente Próximo, o golpe militar que derrubou o governo Allende no Chile em 1973, um outro golpe na Argentina em 1976, a guindar ao poder o General Videla, mais um outro no distante Afeganistão, levando os comunistas ao poder, em 1978, a queda do Xá Rhexa Pahlevi no Irã, em 1979 e a revolução sandinista na Nicarágua, no mesmo ano; em 1980, iniciava a guerra entre o Irã e o Iraque. Todas estas intervenções, ocorridas na década de 70, mostravam que a persistência de conflitos e a venda de armas pareciam ser negócios lucrativos. Interesses políticos e econômicos se misturavam, em um mundo onde as lideranças do capitalismo ocidental e do mundo socialista passavam a ter um terceiro ator interveniente nos países árabes.

O presidente americano Richard Nixon renunciara em 1974 devido ao escândalo *Watergate*, mas sem que o poder americano fosse totalmente abalado. De Gerald Ford a Jimmy Carter, tio *Sam* operava em paralelo à ONU nos distintos conflitos internacionais, nacionais e locais.

O mundo do pós-guerra, das décadas de 50 a 70, veria uma renovação no plano das artes em geral: em Paris, era inaugurada em 1973 a Tour Montparnasse, quebrando a unidade haussmaniana da cidade e em 1977 surgia o Centre *Georges Pompidou*, com suas formas arrojadas, enquanto, em 1985, o surpreendente artista Christo embrulhava, literalmente, o *Pont Neuf*, com a cabal demonstração do que seria uma arte efêmera. Da Holanda, o ilusionismo ótico de M.C. Escher reunia, com suas gravuras, um detalhismo fotográfico a uma vertente imaginária, surrealista. No domínio das letras, a Itália brindava o mundo com a extraordinária escrita de Ítalo Calvino, contista-filósofo.

No Brasil, o fim do Estado Novo marcou a instalação de um período democrático – a chamada democracia populista – que, de 1946 a 1964, ensaiou-se nos rumos do pluripartidarismo. Estes foram os anos do *populismo* no Brasil, fenômeno político de massas em uma nação que consolidava sua ordem industrial. Marcando a emergência do povo no cenário político e colocando o voto como elemento de barganha para a obtenção de favores, um novo compromisso se impunha entre as modernas elites do país e as massas. Fazendo apelo às promessas de 1930, não cumpridas, bem como introduzindo novos conceitos de forte apelo eleitoral – como o da cidadania –, o populismo inovava também com suas práticas: comícios-monstros, desfiles, exibição dos dotes de oratória de seus líderes carismáticos em praça pública, articulações sindicais dos partidos com o povo através dos *pelegos*.

O populismo lidava com a idéia de harmonia social, de progresso econômico e de nacionalismo, estabelecendo uma aliança entre empresários, massas trabalhadoras e governo. Ao longo dos governos populistas que se sucederam entre a queda de Vargas e o golpe de 1964, ocorreram oscilações da política econômico-financeira e das estratégias de desenvolvimento econômico brasileiro. Estas se deveram tanto em função dos embates entre um modelo de desenvolvimento auto-sustentado, por um lado, e as pressões do capital monopolista, por outro, como das cisões ocorridas no seio das elites dirigentes quanto à internacionalização da economia brasileira. Igualmente, o movimento de politização das massas populares, em ação com as chamadas esquerdas do país, passaram a ameaçar a ordem vigente, segundo a opinião daquelas mesmas elites. Em particular, a intensificação do movimento sindical e as greves crescentes pressionavam os governos, ao passo que, desde a cidade, o movimento associativo estendeu-se à zona rural, com a formação das Ligas Camponesas.

Dois governos mereceram especial atenção, neste contexto: o de Juscelino Kubitschek e o de João Goulart. Nos chamados anos JK, sob o influxo do *Programa de Metas* e da proposta de realizar *50 anos em 5*, o governo tomou medidas que implicaram na opção pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro de forma associada ao capital estrangeiro. O Brasil deu um salto tecnológico, passando a produzir, de forma acelerada, bens duráveis e semiduráveis. Foi construída uma nova capital – Brasília –, e o país aumentou a sua dívida externa, incrementando a inflação interna.

João Goulart, o Jango, herdou um país endividado, com problemas a resolver com o Fundo Monetário Internacional, inflação crescente e surto de greves. O governo reagiu com a elaboração de um *Plano Trienal*, que pretendeu combinar o controle da inflação com investimentos na indústria, programa que seria complementado por reformas de base, como a agrária.

Com o apoio dos Estados Unidos, uma conspiração militar tramada no seio da Escola Superior de Guerra e com a sustentação de boa parte das elites no país, deu lugar ao golpe de Estado de 31 de março de 1964, que instalou a ditadura militar no Brasil. Seguiram-se os chamados *anos de chumbo*, com a repressão política, o fechamento dos partidos, as cassações e perseguições, os Atos Institucionais, a tortura, o combate ao movimento estudantil que, no Brasil, teve a característica de ter um alvo certo: a ditadura militar. Ao fechamento político e aniquilação da democracia, o governo oferecia o projeto de um Brasil grande. A regra era *Ame-o ou deixe-o*. Reduzindo gastos públicos, cortando programas de investimentos, reduzindo o crédito e cortando salários, começava a *era do milagre*. O Brasil, grande potência, divulgava pelos canais de comunicação os *slogans Ninguém segura este país, Pra frente Brasil*, em clima de euforia que teve auxílio, no ano de 1970, com a obtenção da Copa do Mundo pelo futebol brasileiro.

Mas se esta era a realidade econômica – pontes, estradas, viadutos, estádios de futebol, crescimento acelerado da indústria, grandes obras públicas – a sociedade civil, afetada pela desigual distribuição de renda, continuava amordaçada, com a censura de imprensa e falta de expressão política.

A *era do milagre* esgotou-se na metade dos anos 70, coincidindo com a crise do petróleo, cujos reflexos atingiram a economia brasileira, profundamente integrada ao capital internacional. Começava o período da abertura política, lenta e gradual, com a redemocratização do país. Movimentos sociais urbanos, como manifestações de intelectuais, de sindicatos, de professores, bancários, universitários, professores, artistas, clero, advogados, empresários, estavam a mostrar o retorno da sociedade civil.

Ao findarem os anos 70, retornavam ao país os exilados, com a decretação da anistia, tinha fim a tortura e acabava o AI-5, a demonstrar que no país a redemocratização se encontrava em marcha.

Nestes anos decisivos para o Brasil, como se encontrava a Universidade?

No fim de 1945, o reitor Egydio Hervé, que renunciara, foi substituído pelo professor Armando Câmara, que ocupou o cargo até o início do ano de 1949. Renunciando também à Reitoria, Armando Câmara foi substituído pelo professor Alexandre Martins da Rosa, cuja gestão se estendeu de 15/2/49 a 13/8/52.

Em 1946, pouco depois de ter assumido a Reitoria, Armando Câmara anunciava ao Conselho Universitário, em 9/1/1946, que a eleição para os cargos de reitor e de diretores de Unidade, com mandato de três anos, se daria mediante lista tríplice, sendo o reitor nomeado pelo governador do Estado e os diretores de Unidade pelo reitor empossado.

Nas décadas seguintes, a Universidade continuou a crescer, expandindo a sua área física e sofreu alterações significativas na sua estrutura e funcionamento.

Em 1947, a nova Constituição do Estado do Rio Grande do Sul alterou o nome de Universidade de Porto Alegre para Universidade do Rio Grande do Sul.

Em 5 de março de 1948, foi designada pelo governo do Estado uma comissão integrada pelos professores Luiz Leseigneur de Faria, Leovigildo Paiva, João Baptista Pereira e Júlio Ribeiro de Castilhos, com o fim de elaborar os projetos para as novas construções da Universidade, devendo encarregar-se ainda da supervisão técnica e administrativa das obras. Em 25 de junho do mesmo ano, era lançada a pedra fundamental das construções da Universidade, ao lado do Instituto de Química.

No final do ano de 1948, uma série de medidas legais foi levadas a efeito pelo governo estadual com o objetivo de reestruturar as unidades que compunham a Universidade. A Lei Estadual 413, de 3/12/1948, reincorporou à Universidade o Instituto de Artes, que havia sido desanexado em 1946. A mesma lei determinou a fusão dos cursos de Arquitetura existentes no Instituto de Artes e na Escola de Engenharia mas a Faculdade de Arquitetura é oficialmente instalada apenas em 1952. A Lei Estadual 414, do mesmo dia, incorporou à Universidade do Rio Grande do Sul as faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas, tal como a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, incorporações estas já previstas na Constituição de 1947.

Em 1º de setembro de 1950, em sessão do Conselho Universitário, o reitor Alexandre Martins da Rosa cominou a aprovação, pelo Senado, da integração da Universidade do Rio Grande do Sul no Sistema Federal de Ensino Superior com todos os seus cursos, faculdades e escolas. E a Lei Federal 1.166 homologava a URGS como uma universidade regional.

Tais medidas coroavam, aparentemente, um velho sonho do Rio Grande, de contar com uma grande universidade no Estado. Mas, entre metas a alcançar e os resultados efetivos, impuseram-se os obstáculos da exigüidade de recursos locais e, a 4 de dezembro do mesmo ano de 1950, a URGS passa da esfera estadual para a federal.

O Rio Grande ultimava o processo de atrelamento à proposta de centralização do governo federal e uma nova fase se iniciava. A UFRGS fora federalizada. A exigüidade dos recursos locais justificava tal medida, mas é preciso atentar para um processo mais amplo, em marcha na sociedade brasileira e que, no contexto regional, passava por estes caminhos da federalização.

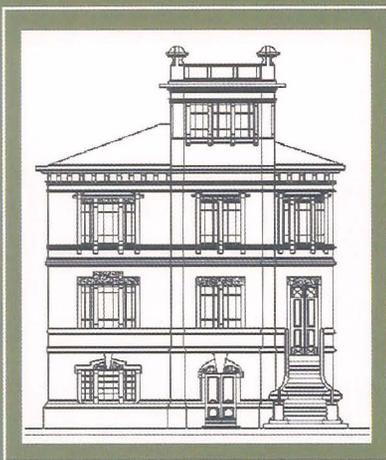
Em 27 de dezembro de 1951 era aprovado pelo Conselho Universitário o projeto para o escudo da Universidade, dando-lhe um emblema característico, e 17 de junho de 1952, o Decreto 30.994 aprovava o seu Estatuto.

O reitor Alexandre Martins da Rosa instalou a Faculdade de Arquitetura em 1952, tornando realidade a proposta prevista na Lei Estadual 413 de 1948.

Em 1948 fora instalada, em uma das salas do Instituto Eletrotécnico da Escola de Engenharia, uma estação difusora de onda curta: nascia a Rádio da Universidade. Em 1960, a Rádio transferiu-se para a sua sede definitiva na Rua Sarmiento Leite.

Quando tomou posse o reitor Elyseu Paglioli, em 13 de agosto de 1952, das doze escolas e faculdades existentes, só quatro possuíam prédio próprio: a





Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia e a Escola de Agronomia e Veterinária. Em expansão, a Universidade estava a exigir novas construções para sediar seus cursos, dentro da proposta iniciada em 1948.

Em 1954, teve início a construção do prédio da Reitoria da Universidade, concluído em 1957, que passou a abrigar a administração central da Universidade, bem como centralizou as atividades sociais acadêmicas, como formaturas, bailes e grandes apresentações culturais.

Desde 1952, com o surgimento à Faculdade de Arquitetura, esta unidade se localizou, provisoriamente, no prédio conhecido como *Château*. O novo prédio, que passaria a abrigar a Faculdade de Arquitetura, foi construído entre os anos de 1954 e 1957, e inaugurado em janeiro de 1958 com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Construção de linhas modernas, situa-se na esquina da Rua Sarmiento Leite com a Avenida Osvaldo Aranha.

Outras unidades haviam passado a integrar a Universidade nesta época. Criada em 1950, a Escola de Enfermagem surgiu como um anexo da Faculdade de Medicina e, ainda na mesma década – mais precisamente em 1957 –, surgia o Instituto de Matemática, que ficou sediado no prédio do antigo Instituto Parobé, na Rua Sarmiento Leite.

No ano de 1954, pela Portaria 38 do Conselho Universitário, de 19/1/54, foi cria-

do o Colégio de Aplicação. Em sua concepção, seria uma escola-laboratório da então Faculdade de Filosofia e por muitos anos, funcionou em prédios de madeira no Campus Centro da Universidade.

Entre 1955 e 1960, foi construído o novo prédio da Faculdade de Engenharia, conhecido como “Engenharia Nova”, na Avenida Osvaldo Aranha.

Em 1953, surgira o Centro de Pesquisas Físicas, dirigido basicamente para a pesquisa, com o que se realizava uma inflexão na destinação original do ensino da Física na Universidade, até então abrigada nos quadros da Faculdade de Filosofia, como um departamento destinado à formação de professores. Para tanto, realizou-se a contratação de professores estrangeiros, atitude que foi decisiva para a implantação do Instituto de Física, em 1957.

O Instituto de Pesquisas Hidráulicas fora criado em 1953, a fim de realizar experiências com modelos reduzidos para aproveitamento das águas marítimas, pluviais e fluviais.

Em 1959, surgiu o Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos, com atividades no campo da tecnologia alimentar.

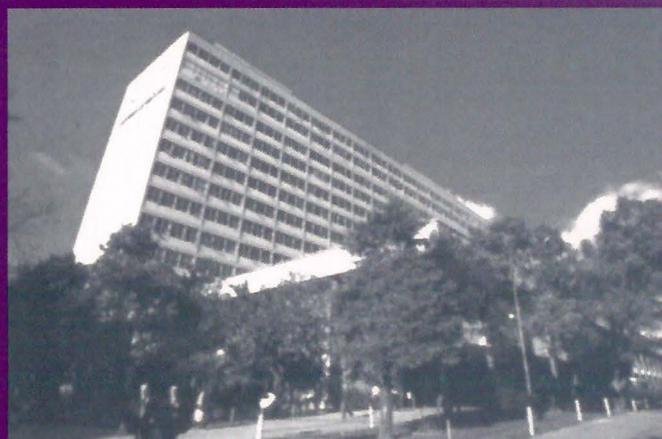
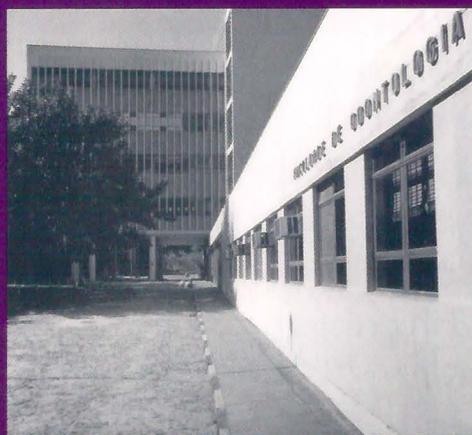
A Faculdade de Odontologia funcionava no prédio da Rua General Vitorino, onde, até 1923, fora a sede da Faculdade de Medicina. A Faculdade de Odontologia emancipou-se em 1952, sendo regulamentada como faculdade autônoma. Da mesma forma, a Faculdade de Farmácia, após organização como unidade autônoma da Faculdade de Medicina, em 1952, passou a ocupar prédio próprio, inaugurado em 1958, no chamado Campus Saúde.

Este novo *campus* universitário, distrito do Campus Centro que se organizara na virada do século em torno da Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Direito, foi idealizado nesta década de 50. Sua implantação, que teve início em 1953, se prolongaria por cerca de dez anos. O projeto teve de enfrentar as más condições do terreno – um banhado alagadiço – e problemas derivados da desapropriação dos prédios residenciais e casas comerciais do local. Os primeiros prédios construídos neste local foram o Hospital de Clínicas, a Faculdade de Farmácia e o Pavilhão de Fisiologia.

A Faculdade de Filosofia, que se instalara em 1942 em termos precários, só em 1947 estruturou de forma completa o seu quadro, recebendo o reconhecimento federal. Pela sua destinação específica, era órgão de formação técnico-

pedagógica dos professores para o magistério secundário e normal, agregando distintos cursos para as diversas habilitações de ensino.

A Faculdade de Economia e Administração, também criada como unidade autônoma em 1947, destinava-se à formação de técnicos em Economia, Administração e Ciências Atuariais, com o fim de colocar especialistas na administração pública, no comércio e nas indústrias.



O crescimento da Universidade e a ampliação de sua rede de cursos se faziam acompanhar pela elaboração de estudos que previam a construção de uma futura Cidade Universitária.

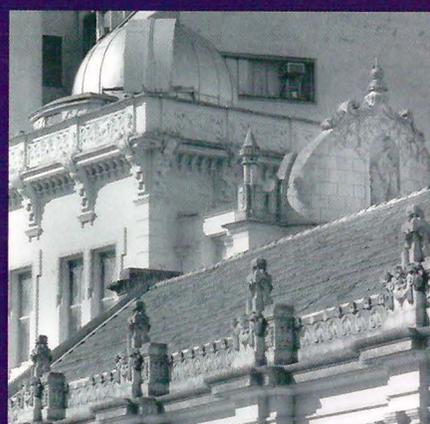
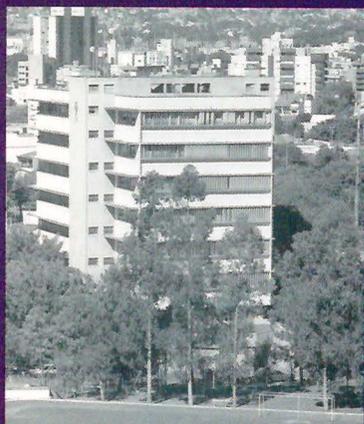
Vários especialistas contribuíram neste projeto, apresentando diferentes propostas, como a do professor Ernesto Souza Campos, sobre o aproveitamento do terreno do Parque Farroupilha, o tradicional *Parque da Redenção*.

Uma outra proposta acabou sendo incluída no primeiro Plano Diretor da cidade, em 1959. Levada a efeito pelos estudos realizados pelo urbanista Arnaldo Gladosch e pelos engenheiros Ary de Abreu Lima e Paulo Aragão Bozano, previa a localização da Cidade Universitária nas terras vizinhas à Escola de Agronomia e Veterinária, na área compreendida pela Avenida Protásio Alves, Avenida Bento Gonçalves e Beco do Salso, área esta que foi declarada de utilidade pública pelo município.

Outros planos indicavam uma melhor localização, junto à Avenida Beira-Rio ou em área contígua ao Campus Saúde, como propunha o urbanista Edvaldo

Pereira Paiva. Novos estudos preferiram um terreno situado no *Caminho do Meio*, junto à Avenida Protásio Alves. Foi, contudo, somente na gestão do reitor Elyseu Paglioli que o Conselho Universitário fixou a decisão de destinar a região do Morro de Santana para a futura Cidade Universitária, sendo desapropriados estes terrenos em 1953.

Um dos pontos importantes a serem destacados, a partir da federalização da Universidade, foi a expansão da pesquisa, facilitada pela adoção do regime de tempo integral para alguns docentes, a formação de centros de investiga-



ção e o acerto de convênios com organismos nacionais e internacionais, que se efetivaram a partir da década de 60.

O Conselho de Pesquisa, criado em 1963, passou a atuar como um órgão de estímulo à investigação de pesquisas novas e apoio àquelas em andamento, criando um sistema de bolsas e fazendo um levantamento das pesquisas realizadas no âmbito universitário.

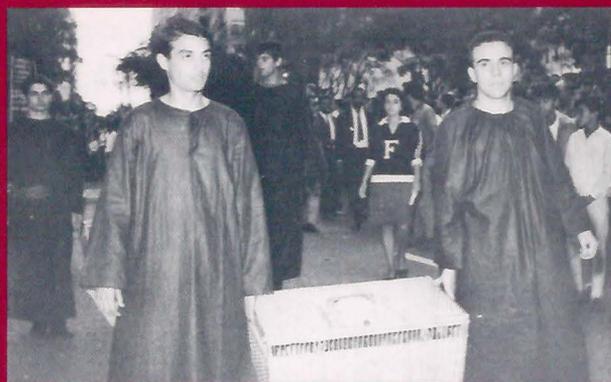
Datam ainda desses anos 50 e 60 a criação de centros de pesquisa no âmbito da Física, das Ciências Humanas e das Ciências Naturais e a formação do Centro de Pesquisa de Ciências Econômicas, do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, do Centro de Lingüística Aplicada e outros.

Aceleradamente, a Universidade transformou-se, assim como também pareciam céleres as transformações do país.

Da redemocratização de 1945 ao novo fechamento político de 1964, dos *anos dourados* da década de 50 aos *anos rebeldes* da década de 60 e aos *de*

chumbo da década de 70, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul vivenciaram um novo tempo, de extrema agitação.

Dos *anos dourados* aos *anos rebeldes*, havia ainda as reuniões dançantes e até os *garden-parties* – “Med-Eng”, por exemplo, a reunir Medicina e



Engenharia – que faziam parte da sociabilidade da juventude universitária! Mas os estudantes freqüentavam ainda os bailes da Reitoria!

Todas as escolas, simbolicamente, enunciavam imagens icônicas do seu campo de saber específico para os famosos bailes, que mobilizavam a cidade: o Baile do Bisturi, na Medicina; o do Martelo, na Engenharia; o da Balança, na Farmácia; o da Coruja, na Filosofia; e assim por diante.

As “paradas dos bixos” ostentavam o desafio das faculdades, irreverentes no deboche, graciosas nas piadas, com suas fantasias, seus carros alegóricos, suas palavras com duplo sentido. Desfile que era acompanhado pela população e realizado na Avenida Borges de Medeiros, com as autoridades presentes, dispostas a aplaudir os calouros, mesmo que um pouco contrafeitas com as violentas críticas.

Tais comemorações deram-se a até o fechamento político definitivo. Um marco neste ritual foi, sem dúvida, a passeata da antiga Faculdade de Filosofia, em 1966, com todos os “bixos” com camisolão preto, mudos, sérios. Dentre eles, a figura de uma moça loura, vestida com toga grega, simbolizando a liberdade, em cima de uma carreta, que, diante do palanque oficial, abriu uma gaiola com pombas, libertando-as para que revoassem no céu azul da cidade.

Os *anos de chumbo* iriam acabar com essa manifestação crítica e cômica dos estudantes, que, na sua irreverência, faziam críticas ao sistema. Como

dizia um quadro satírico da Faculdade de Direito na última passeata: “*Na Roma antiga, os gorilas não lutavam na Arena*”... Com o endurecimento do regime, pós-68, a sociabilidade estudantil se concentrou nos bares da proximidade do Campus Centro, como no célebre *Alaska*.

Estas décadas de fechamento político assinalaram, para os estudantes e professores da Universidade, uma fase pontilhada por uma intensa politização. Política e lazer, quando os estudantes se reuniam nos centros acadêmicos para discutir as questões nacionais.

Os centros acadêmicos eram o ponto de efervescência política estudantil, com manifestações reiteradas diante do quadro político do país, que radicalizara posições no ambiente pré-64. Os universitários se rebelavam, iam até o centro da cidade em passeata, enfrentavam a polícia que dissolvia a manifestação. Comícios, passeatas e manifestações políticas mobilizavam a população naqueles dias. Passeatas estudantis incorporavam à discussão na Universidade todos os temas de debate que caracterizaram os anos pré-64.

Com o golpe de 31 de março, iniciavam-se os anos autoritários, com inevitáveis alterações na vida acadêmica. Professores cassados, expurgos, prisões de estudantes, torturas, delatores, aulas vigiadas, controle sobre as entidades acadêmicas estudantis, na mira da repressão.

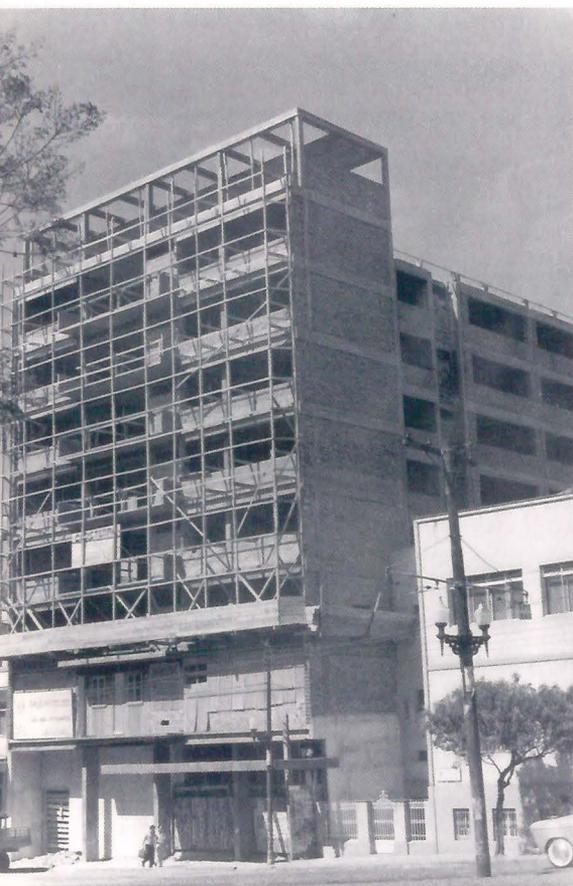
As manifestações estudantis, a princípio potencializadas pelo fechamento político, ganharam as ruas da cidade. A invasão da catedral, o enfrentamento com os policiais nas ruas, a dissolução das passeatas, a tomada da Faculdade de Filosofia, foram todos incidentes de uma época tumultuada, finalmente abafada com o AI-5, no final do ano de 68.

O incidente da invasão da catedral foi um marco neste movimento estudantil, quando os soldados entraram na igreja matriz da cidade para buscar os estudantes que lá haviam se refugiado. A tomada da Faculdade de Filosofia pelos estudantes foi outro acontecimento marcante destes tempos duros, onde parte dos professores foi cassada pelas suas idéias de crítica ao regime.

Por esses anos, a cidade de Porto Alegre teria uma grande alteração no seu visual. Processaram-se grandes intervenções urbanas, com a construção de artérias radiais e avenidas perimetrais, que redesenharam a cidade. As “cirurgias” urbanas se complementavam com obras de aterro nas margens do Guaíba, com serviços de canalização do Arroio Dilúvio e com a

construção da grande ponte que ligaria a capital gaúcha à vizinha cidade de Guaíba.

Porto Alegre era a primeira cidade do Brasil, em 1959, a apresentar um Plano Diretor que buscava uma solução global para a cidade. Os edifícios ganhavam novos contornos, com formas mais “modernas” e arrojadadas. Nos anos 60, uma gaúcha tornou-se miss Universo – Ieda Maria Vargas – desfilando sua beleza pelas ruas da capital. Exportando talentos para o Brasil, a voz de Elis Regina conquistava o país.



A cidade se verticalizava, e as indústrias começaram a retirar-se do centro pelo caminho da BR-116, para além dos limites urbanos, constituindo a “Grande Porto Alegre”. A cidade espalhava-se em zonas periféricas, originando novos arrabaldes. A população aumentava, pois a Porto Alegre metrópole recebia cada vez mais gente do interior, que demandava emprego e melhor oportunidade de vida na capital do Estado.

Em 1953, inaugurou-se o aeroporto Salgado Filho, com um estilo moderno para a época. E o viajante que chegasse a Porto Alegre, vindo de avião – e não mais de barco, como antes –, continuaria a divisar a *urbs* disposta em anfiteatro, à beira do Guaíba. Mas, se este não era mais azul, o que empanaria um tanto o fascínio da paisagem, o panorama urbano era muitíssimo mais vasto. A cidade que se abria em leque avançava, com novos bairros, novas artérias e uma notável concentração de prédios de grande altura

na zona central. Na sua expansão, a cidade inchava e incorporava novas áreas.

Uma metrópole, enfim, e, se o avião baixasse em altura, era possível ver a Universidade, com o seu Campus Centro, ao lado do Parque Farroupilha, e o seu Campus Saúde, ao longo da Avenida Ipiranga e da Rua Ramiro Barcelos. A cidade crescia, se verticalizava e se modernizava, mas os tempos eram mais agitados.

Durante a gestão do reitor José Carlos Fonseca Milano (1964/1968) foi formada a Comissão Central de Coordenação e Planeja-



mento, composta pelos professores Luiz Pilla, Ivo Wolff, José Truda Palazzo, Eduardo Faracco e Francisco José Simch Júnior para elaborar um planejamento global para a Universidade. A Decisão 52/65 de 30/6/1965 fixava, definitivamente, o Vale da Agromonia como sede do novo Campus da UFRGS. Ainda durante a gestão do reitor Milano, foi construído o Observatório Astronômico no topo do Morro de Santana.

Nos anos 70, uma nova etapa de realização se encaminharia no âmbito da Universidade. A situação já se encontrava relativamente definida a partir da Lei 5.540 de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior nas universidades brasileiras. O princípio básico que regia era a formação de institutos centrais e a departamentalização.

A chamada Reforma Universitária, que se instalou na década de 1970, deu à Universidade Federal do Rio Grande do Sul a sua estrutura atual, de orga-

nização em institutos e faculdades. Os departamentos passaram a ser unidades fundamentais, reunidos em institutos ou faculdades.

Preocupado em adequar a Universidade a uma nova concepção física e funcional, que melhor atendesse a Reforma de Ensino, o reitor Eduardo Faracco (1968-1972) foi responsável pela articulação de planos, regimentos e estatutos que criavam a Universidade-sistema.

Em sua gestão, foi dado o incremento decisivo que permitiu a conclusão e a entrada em funcionamento do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Faracco impulsionou, ainda, o andamento das obras da Faculdade de Odontologia e da Casa do Estudante, além de uma reforma substancial no prédio da Reitoria.

A Universidade passou a contar com novos órgãos superiores, como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEP), criado em 1970, com suas Câmaras de Pós-Graduação e Pesquisa, instâncias normativo-decisórias da política de pesquisa. Todo o conjunto das bibliotecas foi também reorganizado, através da criação de um sistema integrado.

Durante a gestão do reitor Ivo Wolff (1972-1976), foi assinado, em 27 de agosto de 1975 o convênio para a construção do novo *campus*, com recursos liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE) e pelo Programa de Instalação e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (Premesu). O convênio previa, ainda, a complementação de verba do orçamento próprio da Universidade e de recursos advindos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Aos preços de 1975, tais recursos permitiriam a construção de 190.000m². E a Portaria 30/75 criava o Escritório Técnico do Campus, vinculado à Secretaria Geral do Planejamento.

Outras modificações na ocupação do espaço acadêmico também foram empreendidas, ao lado dessa organização geral. O Instituto de Biociências ocupou, a partir de 1974, o antigo e histórico prédio da Faculdade de Medicina. Esta, por sua vez, transferiu-se no mesmo ano para o Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

A partir de 1976, durante a gestão de Homero Só Jobim (1976-1980), os cursos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas deslocaram-se para o novo *campus* da UFRGS, no bairro da Agronomia, assim como o Instituto de Letras, que para lá foram em 1977. E, em 24 de setembro de 1977 foi inaugurado oficialmente o Campus do Vale da UFRGS.

O surgimento do Instituto de Geociências, formado a partir de então, ocupou o prédio onde se localizava a Faculdade de Odontologia que só mais recentemente transferiu-se para o Campus do Vale. Recebeu o patrimônio material da Escola de Geologia e passou a ter a seu encargo os cursos de Geologia e Geografia.

Com a reforma de 1970, a Escola Técnica de Comércio ganhou autonomia da Faculdade de Ciências Econômicas, à qual estava ligada desde 1945, após ter estado ligada à Faculdade de Direito.

A Faculdade de Educação, derivada do antigo Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, passou a funcionar em um prédio no Campus Centro, próximo à Reitoria.

O Colégio de Aplicação, que fora criado em 1954, como escola-laboratório da então Faculdade de Filosofia, e que funcionava em prédios de madeira no pátio do Campus Centro, passou a operar no prédio a ele destinado, também no Campus Centro e que depois passou a ser identificado como da Faculdade de Educação.

Em 1972, foi criado o Curso de Psicologia, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que ocupou espaço no Campus Médico (atual Campus Saúde), tal como a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), criada com a reforma de 70. A Fabico incorporou o antigo Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia e a Escola de Biblioteconomia e Documentação.

Inclinado a fazer amplas reformas, que permitissem à Universidade novas alternativas de adequação ao espírito da Reforma, o reitor Jobim deu andamento a mudanças estruturais e do organograma de funcionamento da Universidade. Em 27 de julho de 1976, as Portarias 93 e 94, instituem as pró-reitorias.

A complexificação da Universidade nos anos 70 corria paralela à complexidade da vida urbana. Porto Alegre vivenciou a “era do concreto”, com vias elevadas, túneis, viadutos, remodelação de praças, conjuntos habitacionais, expansão de vilas populares, verdadeiras microcidades. Algo um pouco monumental, que acelerou a metropolização e que descaracterizou em parte a cidade e apagou vestígios de seu passado, com perdas irreparáveis para a memória urbana. Para muitos que aqui chegassem, após uma longa ausência, viajantes no tempo e no espaço, a cidade talvez estivesse irreconhecível.



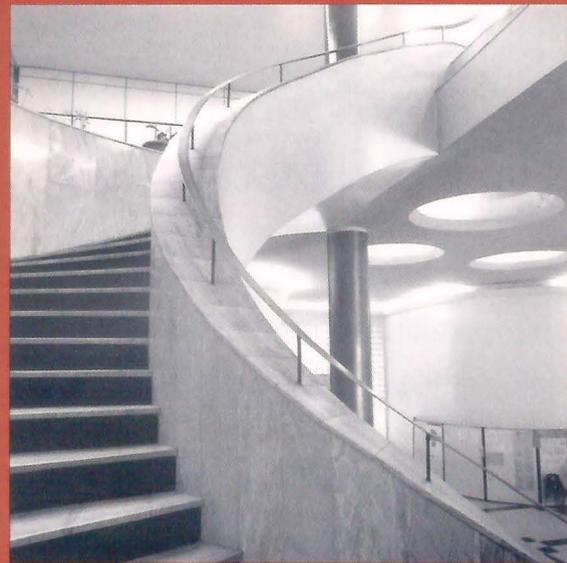
O Plano Diretor de 1959 não mais atendia a grande *urbs* e, vinte anos depois, um novo plano foi criado, para atender a um “desenvolvimento integrado”. O Guaíba recuou ainda mais diante do avanço dos aterros, mas a cidade ganhou o Parque Marinha do Brasil, que tivera suas obras iniciadas em 1979.

Findava uma época e, com ela, os bondes. As ruas ficam cada vez mais cheias de carros e de gente, com um tráfego intenso. Muitos ônibus passam a percorrer o centro, e, para alguns saudosistas, o calçadão da *Rua da Praia* acabou com o seu velho charme. Altos prédios de apartamentos crescem na cidade, cercada por duas espécies de periferia: uma, constituída de complexos luxuosos e cercados, outra a abrigar as vilas populares. Porto Alegre moderna, Porto Alegre complexa.

Se a cidade ganhara em beleza era uma questão a ser debatida, mas que era, em definitivo, uma metrópole e que dispunha de uma das maiores universidades do país, não era pauta de discussão.

No final da década, começou em Porto Alegre o movimento local *Deu pra ti anos 70*, no qual a geração que crescera sob o AI-5 reclamava um outro país e uma outra cidade, em um Brasil que sonhava com a redemocratização.

Os anos 80 e 90 são ambivalentes: por um lado, a cidade continuou a crescer e a incorporar ícones da modernidade urbana, como os *shoppings-centers*, mas, ao mesmo tempo, passou a preocupar-se mais com a preservação do seu patrimônio, a resgatar os tradicionais pontos de referência da urbanidade, a recuperar os seus pré-



dios históricos, a tomar atenção com o aspecto paisagístico de seus parques e avenidas. Uma nova música produzida no Rio Grande surgia – Nei Lisboa, Kleiton e Kledir – reatualizando a cultura.

Assim chegamos à contemporaneidade recomposta através de um passeio pelo passado: Porto Alegre é uma das cidades com melhor padrão de vida do Brasil, dizem as pesquisas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul destaca-se entre as maiores e melhores universidades do sistema federal de ensino superior do país, apontam os dados.

